

PUBLICAÇÃO
DE CARÁTER
INTERNO AO PT,
DISTRIBUÍDA ÚNICA
E EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS FILIADOS

EM TEMPO:

Nº 291
R\$ 2,00
DEZEMBRO
1996

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA



**CAXIAS DO SUL:
A CAMPANHA
QUE ELEGEU
PEPE VARGAS
PÁG. 20**

**BELÉM:
ENTREVISTA
COM EDMILSON
RODRIGUES
PÁGS. 5 E 6**



ELEIÇÕES APONTAM DESAFIOS DO PT

AS LIÇÕES DA DERROTA EM SÃO PAULO - PÁGS. 7 E 8

PARTIDO DOS TRABALHADORES

O PT no segundo turno PÁG. 3 e 4

Uma avaliação das vitórias e derrotas do PT nas eleições de 15 de novembro em todo o país, por *Joaquim Soriano* e *Carlos Henrique Árabe*.

Belém: uma trincheira na luta contra o neoliberalismo PÁG. 5 e 6

Francisco Cavalcante entrevista Edmilson Rodrigues, prefeito eleito da capital paraense, relatando a mobilização popular no segundo turno e os planos do futuro governo.

São Paulo: o canto de sereia tucano PÁG. 7 e 8

Félix Sanchez faz um balanço da derrota sofrida pelo PT na capital paulista, analisando os principais problemas ocorridos durante a campanha.

Maceió: o crescimento da esquerda PÁG. 13

Joaquim Soriano nos relata a reta final da campanha na capital alagoana e *Ricardo Coelho* entrevista Heloísa Helena sobre o acúmulo obtido pelo PT nas eleições.

Pepe é o novo prefeito de Caxias PÁG. 20

Eliane Silveira conta como foi o segundo turno na capital da Serra Gaúcha e os planos do PT para o governo municipal.

SOCIALISMO

Trabalhar para a incerteza PÁG. 9 a 12

Daniel Bensaid debate a revolução conceitual na compreensão da história empreendida por Marx e como ela antecipou importantes avanços das ciências no século XX.

Uma reflexão sobre o marxismo PÁG. 18 e 19

Mauro Gaglietti debate a necessidade do marxismo superar as visões deterministas e desenvolver sua concepção de poder para enfrentar as novas condições da luta socialista.

NEGROS

Faça a coisa certa PÁG. 16 e 17

Samuel Vida analisa o lugar ocupado pela questão racial na recente disputa eleitoral e as conquistas obtidas pelo movimento negro no processo.

MULHERES

No coração do poder masculino PÁG. 14 e 15

Alain Bihl e *Roland Pfefferkorn* analisam a situação da emancipação das mulheres e a necessidade de políticas que questionem a divisão desigual de papéis sociais.

FOTO DA CAPA: LUCIRALDO SENA

TEXTO DE APOIO

Com esta edição os assinantes de apoio recebem a introdução do livro **As metamorfoses do social**, do sociólogo francês Robert Castells.

LEIA E ASSINE EM TEMPO:

QUEM OPTAR PELA ASSINATURA DE APOIO RECEBERÁ, JUNTO COM CADA EDIÇÃO DO JORNAL, UM TEXTO DE DEBATE

Quero assinar o **Em Tempo**: por um ano e receber em meu endereço 10 exemplares. Minha opção de pagamento é:

Apoio - R\$ 40,00 Normal - R\$ 20,00

Nome: _____

Endereço: _____

_____ Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Tel: _____

Recorte ou copie e envie junto com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: (011) 66 55 50

EM TEMPO:

Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Búrigo, Helena Bonumá, Hugo Manso, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilaine Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTb 18.663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Correa Leite, Carlos Henrique Árabe, Joaquim Soriano e Rita Araújo.

Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda.
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo-SP
CEP 01151-000 / Fone (011) 66.5550
Porto Alegre - Fone (051) 225.3450

O PT no segundo turno

JOAQUIM SORIANO E CARLOS HENRIQUE ÁRABE

O PT disputou o segundo turno em onze cidades: Belém, Natal, Maceió, Aracaju, Campo Grande, Santos, Ribeirão Preto, São Paulo, Florianópolis, Pelotas e Caxias. No primeiro turno chegou na frente em Belém, Campo Grande, Santos, Ribeirão Preto e Caxias.

Ganhou em duas cidades, Belém, capital do Pará, e Caxias, no Rio Grande do Sul; perdeu por pequena margem (igual ou menor que 3%) em seis cidades (Campo Grande, Maceió, Natal, Ribeirão Preto, Santos e Pelotas); por uma margem entre 6 e 7% em duas (Aracaju e Florianópolis); e por mais de 20% em São Paulo. No conjunto dos votos do segundo turno, o partido obteve 3,15 milhões, ficando em segundo lugar, superado pelo PPB de Maluf (4,65 milhões, dos quais 3,17 milhões em São Paulo). O PSDB fez 2,8 milhões ficando em terceiro lugar.

Como no primeiro turno o PT foi o mais votado nas maiores cidades e no segundo disputou em 11 das 31 cidades, havia uma grande expectativa de termos muitas vitórias, especialmente onde se chegou na frente em 3 de outubro. Face aos resultados eleitorais, a imprensa tenta imputar uma grande derrota ao PT.

Uma análise mais cuidadosa, no entanto, indica uma situação que não é tão simples. Apesar do bom desempenho no Rio, estávamos fora do segundo turno aí e em Belo Horizonte. Em São Paulo disputamos, mas o esforço central da candidata e da direção da campanha foi afastar-se ainda mais do PT, buscar aliança e governo de coalizão com o PSDB, substituir o vermelho do panfleto pelas cores da campanha do Serra (azul e amarelo), inserir imagens de Covas e FHC no horário da TV. A desconstrução da identidade petista chegou a tal ponto que, em entrevista coletiva após a derrota, a candidata responsabilizou principalmente os tucanos...

Ou seja, nas três maiores cidades do país, que são centros que amplificam as disputas políticas, o PT esteve mal posicionado.

As vitórias

Em Porto Alegre a festa foi no primeiro turno. Mas os gaúchos continuaram a brilhar, com duas eleições acirradíssimas. A vitória de Pepe Vargas em Caxias reforça enormemente a capacidade de disputa política do PT no Estado (ver pág. 20). A campanha foi construída explicitamente polarizando com o governo do Estado e com o governo federal, bem representados na figura do adversário, peemedebista e ex-líder de FHC na Câmara Federal. Ao mesmo tempo, a existência de um PT fortalecido em Porto Alegre e no conjunto do estado foi um elemento decisivo na disputa em Caxias.

Em Belém do Pará confirmou-se a vitória do primeiro turno e o acúmulo do PT. Lula ganhou lá em 94. A vitória de Edmilson Rodrigues foi a resposta da cidade a um longo e persistente trabalho nos movimentos sociais, da tradição oposicionista e a negação das elites dominantes e de seus representantes políticos.

Acúmulos e perdas

Em alguns locais, mesmo não vencendo, as cam-



LUCIVALDO SENA

nhas podem se constituir em base de sustentação para o fortalecimento do partido. De outro lado, em São Paulo, as derrotas eleitorais consolidam um quadro de derrota política e organizativa do PT, que demandará grandes esforços e rupturas para uma reversão.

Estes resultados devem colocar na pauta do partido sua política de construção - hoje totalmente concentrada nos embates eleitorais. Em várias cidades as derrotas se devem em muito à precária implantação do partido e à ausência de uma direção e estruturas nacionais.

As disputas eleitorais não podem ser entendidas nem terem como objetivo único a conquista de postos de governo ou legislativos. As eleições se vinculam ao objetivo de construção do partido e de um bloco social e político capaz de acumular forças para os embates cotidianos contra as políticas das classes dominantes. A tática da "eleição de resultados" impõe um critério de avaliação que empobrece a análise e desloca o partido da sua vocação de disputa de hegemonia na luta pelo poder.

Nas cidades de Natal, Maceió, Aracaju, Florianópolis, Campo Grande e Pelotas ter passado ao segundo turno foi uma grande vitória. As margens apertadas dos resultados mostram que há potencial de crescimento do

A incompreensão da disputa de segundo turno é a idéia de que "somar" apoios de personalidades é o mesmo que "somar" votos. Por esta ilusão paga-se qualquer preço, inclusive a renúncia à própria identidade.

Entre os dois turnos apareceu novamente no PT a tristemente famosa tese da construção de uma aliança de centro-esquerda.

O PT esteve mal posicionado no segundo turno nas três maiores cidades do país, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, centros que amplificam as disputas políticas nacionais.

partido, mas que não é possível sustentar sua construção apenas pelos processos eleitorais.

Onde o partido não pôde contar com força própria para atrair novos contingentes eleitorais e para afirmar-se como alternativa global, os apoios de setores da direita implicaram riscos importantes de perda de identidade e de coerência. Esta situação, motivada principalmente pelas clivagens políticas das classes dominantes locais, não tem comparação com as políticas de governo de coalizão e não significaram compromissos que alterassem a condução política da campanha.

São Paulo

Em São Paulo os resultados aprofundaram o quadro de derrota política já configurado no primeiro turno. As derrotas em Santos e Ribeirão Preto, administradas pelo PT, depois de sermos os mais votados no primeiro turno, somaram-se às de Diadema e São José dos Campos. Em Ribeirão Preto o PT foi derrotado pelo "aliado" de quatro anos de governo, o PSDB. Em Santos, a divisão do partido imposta pela candidata que não aceitava o apoio do atual prefeito do PT, que já tinha sido a causa de uma campanha enfraquecida e de descenso, continuou sendo a tônica no segundo turno.

Na capital, todos os aspectos negativos do primeiro turno foram exacerbados, chegando ao auge com o esforço de associar a imagem (e a política) de FHC à de Luíza Erundina. O poder de decisão foi totalmente centrado na candidata, assessorada pelo presidente do PT municipal. De nada adiantaram as propostas de alterar a campanha no sentido de disputar as bases eleitorais populares do malufismo.

A responsabilidade da Executiva Nacional

As avaliações do primeiro turno feitas pela executiva nacional eram quase ufanistas, exagerando o seu próprio papel e subestimando a disputa do segundo turno. Onde foi mais requerida, em São Paulo, a direção foi omissa, conivente com os problemas ou incapaz de resolvê-los. Como demonstram os casos de São Paulo, Diadema e Santos. É de se ressaltar que a maioria do diretório Estadual e da direção destes três municípios citados são constituídos pela mesma maioria que ocupa os cargos da Executiva Nacional. Isto não quer dizer que bastava existir uma direção com capacidade política e unificadora do partido para resolver todos os problemas. Mas indica que a Executiva Nacional fracionada teve menos possibilidades de organizar a necessária unidade partidária para enfrentar os ataques concentrados dos inimigos do PT.

Além disso, a Executiva Nacional reforçou a linha de diluição partidária já no primeiro turno ao "reinterpretar" a resolução do 10º Encontro Nacional sobre política de alianças. Depois de analisar mais de 400 recursos, permitiu as alianças mais espúrias, principalmente porque o PT abria mão da disputa e se submetia a ser vice do PSDB, PMDB e do PFL.

Que mudanças no segundo turno?

Dissemos que o primeiro turno indicou um potencial de oposição ao neoliberalismo no Brasil e que o central no segundo turno seria dar continuidade a este eixo opositor (ver ET 290).

De maneira geral os resultados comprovam a avaliação anterior. A votação no PT foi expressiva e é possível dizer que o PT foi o desaguador de um sentimento difuso de oposição às políticas neoliberais. Mais importante, é necessário dizer que o partido realmente acumulou forças nos locais onde manteve a coerência e afirmou-se como oposição e alternativa ao neoliberalismo. É possível dizer ainda que os resultados foram limitados porque o partido não soube corresponder ao potencial opositor que existe em largas faixas da população. Para aparecer como um pólo opositor, com propostas distintas das atualmente hegemônicas, o PT e suas candidaturas precisam apresentar-se de forma clara. No âmbito daquelas campanhas muito localistas e/ou muito personalistas e/ou sem perfil de oposição ao neoliberalismo, o espaço próprio da polarização e da política fica diminuído ou até inviabilizado. Toma a cena a valorização dos truques publicitários, as direções que tentam transformar o partido em máquina eleitoral, e elevam-se absurdamente os custos da campanha, tudo isso tornando a prática eleitoral do partido muito parecida com a dos partidos tipicamente eleitorais. Mais uma vez a história mostrou que esta política leva o PT a grandes derrotas.

Qual a política de alianças?

Entre os dois turnos apareceu no PT de novo a tristemente famosa tese da construção de uma aliança de centro-esquerda, tendo como "base de lançamento" a campanha de Luíza Erundina. Concorreram para isso o perfil da candidata (e a importância da disputa em São Paulo, com sua influência sobre o partido), a posição da Executiva Nacional sobre política de alianças, uma incapacidade por parte destes setores de compreender a disputa político-eleitoral de segundo turno e a nostalgia da antiga maioria partidária pré-8º Encontro - em 1993, às vésperas do 8º Encontro Nacional, a tese de aliar-se à centro-esquerda (leia-se PSDB) era o discurso oficial. Na época foi derrotada e Lula foi o candidato à presidência.

A incompreensão do caráter da disputa de segundo turno reside na idéia de que "somar" apoios de personalidades e direções partidárias é o mesmo que "somar" votos. Para levar à frente esta ilusão paga-se qualquer preço, inclusive o da renúncia à própria identidade. No entanto, o que está em jogo é a capacidade de atrair bases de outros partidos, o que, para o PT, depende da mobilização dos seus filiados e de capacidade de polarizar política e socialmente. A ilusão de que para ganhar é preciso livrar-se do partido e assumir o programa dos perdedores, como forma de ganhar suas bases, leva ao pior dos mundos: desmobiliza a nossa base e não ganha novas adesões. O segundo turno em São Paulo ilustra perfeitamente esta situação.

Mas a questão mais importante é a seguinte: como opor-se ao neoliberalismo aliando-se ao seu núcleo político, o PSDB? Para os defensores da tese da aliança de centro-esquerda o combate ao neoliberalismo é pouco mais que uma retórica e não passa de críticas - às vezes "construtivas", com expectativas de contribuir para uma "correção" - aos seus exageros. Para nós combater o neoliberalismo é derrotar o seu núcleo político e construir uma alternativa que retome a participação política dos trabalhadores e a perspectiva do socialismo. É, evidentemente, um processo de longo prazo mas que se constrói em cada atitude que mantém a coerência com este objetivo. □

ELEIÇÕES



Uma trincheira contra o neoliberalismo

FRANCISCO CAVALCANTE

Vinte mil pessoas tomaram a Praça da República, no centro de Belém, na noite do dia 15 de novembro. Bandeiras vermelhas em punho, o brilho da vitória nos olhos. O anúncio oficial da vitória de Edmilson Rodrigues, candidato da Frente Belém Popular, ainda não havia saído, mas o contraste visual na cidade e as pesquisas de boca de urna já eram suficientes para fazer saltar aquela alegria incontida. Por volta de meia-noite Edmilson Rodrigues e Ana Júlia, vice-prefeita, subiram no palanque. (na foto ao lado, com Lula) O mar de bandeiras vermelhas se agitou em ondas vigorosas. Era o repúdio da população de Belém ao continuismo, à corrupção e à incompetência das elites. Era a vitória do professor e arquiteto Edmilson Rodrigues, neto de operários, dirigente sindical, ex-deputado por dois mandatos. Era a vitória do povo. E a vitória do povo é vermelha. Para falar da campanha e das perspectivas do governo, entrevistamos *Edmilson Rodrigues*, o prefeito eleito de Belém.

Você ganhou as eleições com cerca de 14% de diferença em relação a Ramiro Bentes, da coligação PDT/PFL. Belém foi a única capital onde o PT ganhou no segundo turno. Como você avalia este quadro?

Estas eleições provaram que o PT só se consolida e vence onde é ele mesmo, ou seja, onde ele mantém sua identidade de partido de combate, onde privilegia os movimentos sociais e tem uma política que serve de contraponto à hegemonia neoliberal. Esta foi a tônica de nossa campanha. Em Belém quebramos um longo ciclo em que grupos fisiológicos usaram a administração pública como fonte de enriquecimento pessoal e favorecimentos políticos. E o fizemos sem abrir mão de uma campanha classista, inserida nos bairros populares e no movimento sindical. Mas, ao mesmo tempo, abrimos espaço para o PT dialogar com amplos setores da sociedade que tinham pelo partido uma rejeição baseada no preconceito e no desconhecimento de nossa capacidade de administrar uma grande cidade com equilíbrio, ainda que invertendo prioridades para dar condições dignas de vida a quem não tem. Embora o PT tenha ampliado de 54 para 112 o número de prefeituras por ele administradas, é evidente que a derrota em cidades como Santos, Diadema, Ribeirão Preto, Goiânia, Belo Horizonte, além de São Paulo, precisam ser explicadas e discutidas, uma vez que estas eleições desenharam um novo quadro na política nacional, que pode influir na disputa presidencial de 1998.

O resultado em Belém surpreendeu a grande imprensa e até mesmo setores do próprio partido. Você esperava por este resultado?

Nós trabalhamos para obtê-lo. Nosso resultado não é fruto apenas da campanha, mas de um processo de acúmulo e amadurecimento dos partidos que compõem a Frente Belém Popular - PT, PC do B, PSTU, PPS, PCB, PSB e PV - no movimento social. O PT, em particular, tem uma presença importante na capital desde o seu surgimento. Nas duas últimas eleições presidenciais Lula ganhou em Belém e em 1994 o candidato do PT ao governo do Estado, Waldir Ganzer, obteve cerca



LUCIVALDO SENNA

de 29% dos votos na capital. Tínhamos, então, um bom ponto de partida para obter este resultado. Isto nos fez desconfiar, desde o início, dos números do Ibope, que nos davam apenas 5% de preferência nos primeiros dias de disputa. Mas fomos para a rua e fizemos uma campanha que superou as dificuldades materiais com muita criatividade e perseverança. Visitamos a periferia, os conjuntos habitacionais, as feiras livres, os ônibus, entramos em contato direto com o povo e a cada visita, a cada caminhada nos bairros, sentíamos que nossa aceitação era maior do que as pesquisas oficiais indicavam. E que estava crescendo. O resultado final não nos surpreendeu pelo quantitativo de votos, mas pela emoção contagiante que culminou com uma festa popular no dia 15 de novembro com mais de 20 mil pessoas comemorando a vitória vermelha. Quanto à Direção Nacional do partido, ela era permanentemente informada sobre os passos que estávamos dando e sobre nossas perspectivas.

A Frente Belém Popular, que reuniu PT, PC do B, PCB, PSTU, PPS, PSB e PV, e que deu sustentação política a sua candidatura, quase ganha no primeiro turno, mas no segundo o candidato do PDT/PFL diminuiu bastante a diferença. A que você atribui isto?

A diferença foi de 14 pontos percentuais, o que representa cerca de 70 mil votos. É uma diferença expressiva. Mais expressiva ainda quando se vê contra quem nós estávamos lutando. Não enfrentamos apenas a máquina pública, um prefeito que usava a administração municipal para gerir riquezas privadas, uma campanha milionária baseada na calúnia e na difamação e uma atitude parcial da maioria da imprensa. Enfrentamos também uma campanha ideologizada que pregou o anti-comunismo, que brandiu contra nossas bandeiras vermelhas as bandeiras do conservadorismo e do preconceito contra os trabalhadores, que mentiu deliberadamente, distorcendo propostas como da Bolsa-Escola e do Banco do Povo, para nos desqualificar enquanto partido que prega e pratica um modo de administrar baseado na ampliação da participação popular e na probidade administrativa. Situações-limites do pró-

Estas eleições provaram que o PT só se consolida e vence onde ele mantém sua identidade, onde privilegia os movimentos sociais e tem uma política que serve de contraponto à hegemonia neoliberal.

Um governador, um prefeito, seja de que estado ou cidade for, não pode colocar em risco um projeto coletivo que tanto suor e sangue custou à classe trabalhadora. Quem quiser ser neoliberal que vá ser no PSDB. O PT é a fortaleza dos que combatem o neoliberalismo.

prio PT, como a crise do Espírito Santo, onde o partido e a administração se enfrentam, foram largamente usadas para colocar em questão nossa capacidade de governar. Foi uma luta desigual, como a dos palestinos que na Entifada enfrentavam as metralhadoras do exército sionista com as pedras que colhiam no chão. Vencemos com uma campanha indigente de recurso, mas rica em ações de massas, que ganhou corações e mentes com a esperança de dias melhores. Nosso slogan ("Fé no que virá") virou saudação popular e se tornou, para nós, um compromisso com o futuro.

Você citou a situação do Espírito Santo, onde o governo de Vitor Buaiz se enfrenta com o partido e os movimentos sociais. Isto tirou votos em Belém?

Nós pagamos em votos e credibilidade o preço pelos erros de Vitor Buaiz no Espírito Santo: vimo-nos obrigados a dar explicações sobre um governo petista que aplica medidas neoliberais, que desobedece as instâncias partidárias, que demite funcionários, que despreza os movimentos sociais. O PT não pode conviver com situações como esta a longo prazo, porque isto turva a imagem do partido e afeta sua potencialidade estratégica. Se não temos identidade programática que possibilite aplicar políticas coerentes com nossa tradição, estamos minando a credibilidade do partido, colocando-nos no mesmo nível de outras lendas. Isto seria a morte do partido.

É preciso fomentar um movimento interno no partido que defina os parâmetros, que crie limites. Um governador, um prefeito, seja de que estado ou cidade for, não pode colocar em risco um projeto coletivo que tanto suor e sangue custou à classe trabalhadora deste país. Quem quiser ser neoliberal que vá ser no PSDB. O PT é a fortaleza dos que combatem o neoliberalismo. E tem que ser a fortaleza do projeto alternativo de poder que tenha como horizonte o socialismo. Infelizmente o companheiro Vitor Buaiz atravessou o Rubicão, assu-

mando compromissos de classe que são estranhos aos que o PT defende historicamente e sobre os quais construiu a sua credibilidade.

Uma aliança de esquerda vitoriosa, como a que o apoiou em Belém, questiona uma concepção, comum em certos setores do partido, de que é preciso sempre ampliar o leque das alianças, ainda que ao preço de desqualificar nosso projeto. Como você vê a questão das alianças?

Há setores do partido que demoram a digerir as lições do povo. A campanha do PT em São Paulo, por exemplo, cimentou sua derrota ao estabelecer uma di-

cotomia pública entre um "PT que diz sim" e um "PT que diz não", ou seja, entre um PT submisso e um PT rebelde. Isto não é um mero erro de marketing. É um equívoco político que deita raízes numa certa concepção de construção partidária subordinada à institucionalidade burguesa, que quer transformar o PT num produto palatável mas que esquece que o PT se construiu com um perfil rebelde, anti-capitalista que não abdica de criticar o Estado burguês e seus aparelhos ideológicos. Este equívoco tomou proporções maiores no segundo turno, quando o maior esforço do comando de campanha de Erundina era buscar uma transferência de votos do PSDB, partido-mãe do projeto neoliberal, através da aproximação com suas lideranças, chegando ao cúmulo de elogiar FHC para legitimar esta aliança. Isto é um escândalo. O companheiro Raul Pont disse, em sua entrevista ao *Em Tempo* nº 290, que uma vitória obtida com o preço da submissão política deixa de ser vitória, porque representa o abandono do projeto estratégico do partido. Concordo plenamente com isto. Nossa política de alianças, portanto, não pode estar descolada de nosso projeto estratégico, de nossa construção como um partido das classes populares do campo e da cidade, senão abdicamos de nossa base social e de disputar a base social que hoje é polarizada pelos partidos da ordem.

Como será a relação entre o PT e o seu governo?

O PT é portador de um projeto alternativo ao capitalismo e deve aproveitar este momento de crescimento do prestígio da legenda para consolidar sua construção. Sem uma estrutura orgânica e material, o partido não existe concretamente, e se não existe concretamente não pode se tornar uma referência real para as classes populares, para os trabalhadores assalariados, para os excluídos. O partido deve se preocupar com a ampliação de sua influência, com a formação de quadros, com a inserção efetiva nos movimentos sociais. Neste sentido, a independência entre partido e governo é fundamental. Não podemos institucionalizar o partido, tornando-o refém das ações de governo. Ao mesmo tempo não podemos governar sem ter como referência o partido e seus compromissos históricos programáticos. Mas a separação de estruturas e a ação independente do partido é uma condição para sua construção.

O que Belém pode esperar da administração da Frente Belém Popular?

Belém sabe que votou em um candidato de esquerda e apostou nisso para obter mudanças. Belém é uma cidade com mais de um milhão e trezentos mil habitantes e com os problemas de uma cidade de seu porte, agravados pela falta de vontade política dos governos anteriores em buscar soluções. Nós temos um programa de governo que estabelece cinco áreas-chave para a nossa atuação: saúde, educação, geração de emprego e renda, transporte e habitação. Duas ações imediatas serão a criação da Bolsa-Escola, como já é feito em Brasília, e a implantação do Banco do Povo, nos moldes do que já é feito em Porto Alegre. São duas ações que atacam problemas sociais gravíssimos e que implantaremos logo nos primeiros cem dias. Vamos implantar o orçamento participativo e consolidar a participação popular na administração. Queremos fazer um governo exemplar, cumprindo um papel ativo na melhoria das condições de vida da população e transformando a nossa administração numa trincheira contra o neoliberalismo e o fisiologismo político. Belém, portanto, pode esperar probidade, competência e compromisso social. Estas eram plataformas de campanha e agora são compromissos de governo e do prefeito, que não esconde a sua opção ideológica e seu compromisso com a estratégia de transformação social. □



LUCIRALDO SENA

O canto de sereia tucano

FÉLIX SANCHEZ

A derrota eleitoral sofrida pelo partido na capital, pelas características que teve a campanha e pela desorganização política que provocou na militância e no eleitorado identificado com o PT, é um fatos marcantes do balanço eleitoral em nível nacional.

O PT conseguiu passar para o segundo turno derrotando o PSDB, que articulou uma campanha que reuniu o apoio de todos os meios de comunicação, da Igreja Universal e das máquinas dos governos estadual e federal. A vitória sobre os tucanos mostrou o potencial de mobilização do partido e o espaço que existia para o projeto democrático e popular na capital paulistana. Demonstrou que o partido continua sendo o desaguardo da insatisfação popular à política neoliberal de tucanos e malufistas.

O ponto crítico central da campanha foi a ausência da polarização com Maluf/Pitta. A opção por uma linha "propositiva" de baixa polarização com Maluf e o amortecimento da linha de confronto com os governos tucanos no plano federal e estadual em torno do tema do desemprego, da miséria e da recessão, desarmaram o partido para a disputa já no primeiro turno.

Não polarização

Nem sequer a tática aprovada pelo encontro municipal, centrada numa linha "propositiva", foi implementada pois a estratégia da campanha se restringiu ao confronto das biografias de Erundina e Pitta e seus estilos de governo. Desde o primeiro turno foi travada uma batalha em torno do quesito "experiência". Nesse particular, até a passagem de Luíza Erundina pelo ministério do governo Itamar, em confronto com o partido, foi usado como aval de competência!

Essa opção pela não polarização, já no primeiro turno, fez com que a campanha escondesse a cara do partido evitando trabalhar o antagonismo dos projetos políticos globais envolvidos na disputa. O confronto dos "estilos de governar", centrado nos atributos pessoais dos candidatos, se mostrou insuficiente para demarcar a visão de cidade e de sociedade que o partido construiu nas prefeituras e na luta social e política.

O programa de governo, elaborado através de um amplo processo de discussão pelo partido, conseguiu atualizar de maneira abrangente a situação da cidade, das suas condições de vida, identificando as grandes soluções que poderiam ser implementadas, da perspectiva de uma gestão democrática e participativa da nossa cidade.

Mas no duelo de trajetórias individuais, a personalização da política se sobrepôs a qualquer visão mais global da cidade. A propaganda eleitoral repisou as realizações da gestão petista como obras da candidata, fora do contexto global da disputa e da sua articulação com as experiências do partido na prefeitura.

Assim, chegando ao segundo turno não conseguimos estabelecer com clareza a diferença das nossas propostas e do nosso projeto político para as demais candidaturas. Foi fácil a Maluf e a Pitta transformarem o segundo turno em um verdadeiro plebiscito de aprovação à atual gestão. A opção da campanha de não polarizar abertamente com Maluf "por não ser o candidato", e as manifestações públicas ambíguas, às vezes favorá-

veis e às vezes contrárias ao PAS - por exemplo, contribuíram para avaliar o discurso social do Pitta em torno das marcas fantasias do PAS, do Cingapura e do Leve Leite.

TV: a (des)organizadora eletrônica

Mais do que qualquer outra campanha da história do partido, a de São Paulo rompeu de forma radical com uma das tradicionais marcas petistas: a noção de campanha militante, participativa, mobilizadora. A estratégia adotada "reconciliou" o PT com a pior tradição da política contemporânea: a disputa centrada no autoritarismo e na despolitização da mídia eletrônica. Substituiu a noção de campanha política feita como uma empreitada coletiva por homens e mulheres dispostos a doarem tempo e esforço pela conquista de objetivos comuns, pela passividade da mensagem quase sempre despolitizadora da "propaganda política".

Por isso, a estratégia de comunicação, mais do que outro instrumento de organização, foi o principal veículo de discussão com a militância e com a sociedade. Os recursos foram concentrados no setor da comunicação. Áreas vitais para estruturação de uma campanha capilar e inserida em todos os cantos da cidade foram desaparelhadas, como a mobilização, os materiais impressos e gráficos e o suporte material para abertura de comitês regionais e setoriais, com a maioria das sedes dos diretórios zonais desativada.

Tampouco se investiu para que a campanha se abrisse para setores específicos como a juventude, mulheres, negros ou para temas abrangentes como cultura, meio ambiente etc. A opção pela campanha eletrônica e pela disputa personalizada e centrada apenas nos candidatos não permitiu potencializar a força e a influência que o partido acumulou junto a vários setores sociais.

A estratégia de comunicação da campanha foi nociva também do ponto de vista da capacidade de integração do conjunto do partido. A opção pelo "PT que diz SIM" fez com que metade da campanha no primeiro turno fosse gasta para tentar recompor o estremecimento e a confusão provocadas. O slogan faccioso e sectário, diluía a imagem do PT, descaracterizava seus símbolos, sua trajetória e a imagem do partido e do governo que a própria candidata chefiou.

A opção pelo "PT que diz SIM" sucumbiu sob pressão da militância, junto com os publicitários que lhe emprestaram vida: Celso Loducca e Paulo de Tarso San-



HENRI CARTIER-BRESSON

O ponto crítico central da campanha foi a ausência da polarização com Maluf/Pitta. A linha "propositiva" e o amortecimento do confronto com os governos tucanos desarmaram o partido já no primeiro turno.



tos. Houve um ensaio de alteração, mas a opção pelo *PT que diz Sim* exprimia principalmente uma concepção de campanha, de alianças e de relação com o partido e com o campo democrático e popular que haveria de persistir até o final.

Governo de coalizão

A diluição política e programática do partido que resultou dessa linha de campanha talvez tenha sido uma das maiores perdas políticas que o PT tenha tido nas cam-

panhas de 1996. A paralisia das direções partidárias em promoverem a reversão dessa situação refletiu também a dificuldade para conceber a disputa eleitoral como uma disputa de projetos antagônicos organizados em torno a dois grandes blocos, o do governo FHC e seus aliados e o do campo democrático popular, onde o PT detinha uma posição hegemônica.

A campanha da capital exauriu, como caricatura, a idéia de uma disputa "municipalizada" restrita aos governos e à maior ou menor capacidade de composição de alianças partidárias na esfera local. Em São Paulo, a defesa de um governo de coalizão incluindo o PMDB e o PSDB foi tema de debate na prévia mas desapareceu no Encontro Municipal de maio que deliberou a política de alianças, e voltou a tona nos debates do segundo turno, sem que as direções partidárias tenham adotado medidas práticas e efetivas para alterar essa orientação.

O tratamento dispensado ao PSDB evidenciou a confusão dos vários setores hoje unificados no bloco majoritário que dirige o partido em nível nacional. Desde o primeiro turno houve uma recusa sistemática em trabalhar a identidade de políticas e de projetos de malufistas e tucanos. A polarização estabelecida com Serra no final do primeiro turno foi, novamente, um antagonismo de biografias e trajetórias pessoais. A estratégia adotada pela coordenação da campanha trabalhou desde o começo com a perspectiva de evitar a polarização com vista a uma aliança no segundo turno.

O fato é que, a despeito da formulação aprovada pelo partido sobre política de alianças, ela foi "reinterpretada" dando lugar à ressurreição da "aliança de centro-esquerda" e do governo de coalizão com o PSDB e o PMDB.

A recusa sistemática em abordar as críticas à candidatura Serra e Pitta pela ótica da oposição ao programa neoliberal dos governos, e pelo efeito das políticas implementadas por Maluf, Covas e FHC no crescimento do desemprego, no desmonte das políticas sociais, na desestruturação selvagem de amplos setores da economia, evidenciou a dificuldade que o bloco dirigente do partido e da campanha teve de entender o papel central, de articulação e execução do projeto neoliberal. O tratamento dado ao PSDB subestimou a liderança política que ele exerce hoje sobre ampla maioria da burguesia.

Essa orientação, por exemplo, fez a campanha e a direção do partido não questionarem o caráter falacioso do discurso democrático dos tucanos. Um discurso que não tem qualquer sustentação na realidade de um país governado autoritariamente através de medidas provi-

sórias e com uma política deliberada de desmonte das conquistas dos setores organizados da sociedade.

Com FHC

No fim do segundo turno a direção da campanha foi mais longe. Buscou garantir as condições para uma "virada eleitoral" através de uma linha de aproximação ao núcleo dirigente do governo FHC. Assim, a imagem de FHC foi associada à campanha na tentativa de angariar apoios nas bases tucanas e peemedebistas. A perda de referência na política petista chegou a um ponto tal que a candidata, dirigentes da campanha e da executiva nacional responsabilizaram o governo FHC e o PSDB pela vitória de Pitta.

Desde o início da campanha vários setores da esquerda do partido alertaram para o custo político que essa orientação estratégica da campanha poderia acarretar. Esses setores apresentaram ao diretório municipal e ao diretório nacional em outubro uma proposta de reorientação da campanha. O diretório municipal por falta de quórum não pôde apreciá-la, mas o diretório nacional a adotou ressaltando a parte sobre a relação com o PSDB.

A proposta da esquerda afirmava a necessidade de centrar a tática no segundo turno no deslocamento de parcela do eleitorado que havia votado no Pitta no primeiro turno. Com uma plataforma de governo claramente oposicionista e propostas voltadas para os segmentos excluídos da cidade (mulheres, negros, jovens e desempregados). Ao mesmo tempo propunha instalar neste segundo turno um clima social de oposição ao malufismo, identificando seus laços com o governo federal, caracterizando propostas como PAS, ou a idéia de construir cooperativas na educação, como uma vertente originada na mesma fonte neoliberal que orienta o governo federal.

A estratégia de campanha no segundo turno não priorizou uma linha de disputa das bases do Pitta e Maluf na cidade, principalmente nas regiões pobres. Preferiu-se centrar os esforços na costura de um "frente democrática" com PSDB e PMDB. Assim a campanha nem mesmo no segundo turno conseguiu estabelecer um clima de polarização.

Pior. A aparição de FHC e o apoio dado a sua política contribuíram para a desmobilização da militância na reta final. Pela primeira vez na sua história o partido quase não teve boca de urna no dia 15 de novembro.

O esvaziamento das instâncias

Todo a campanha transcorreu numa situação de virtual ausência de funcionamento das instâncias partidárias, com a direção de fato centralizada na candidata. Houve um esgotamento de toda forma de condução política partidária. Duas reuniões do diretório municipal, em agosto e em outubro não aconteceram por falta de quórum. A Executiva Municipal parou de se reunir a partir de junho. A coordenação, enquanto foro político de direção coletiva não conseguiu funcionar pela concentração das decisões na própria candidata. A definição da estratégia do "PT que diz Sim" tomada pela candidata contra a decisão da maioria da coordenação e das demais instâncias do partido evidenciaram, ainda em julho, o colapso de qualquer direção política coletiva para a campanha.

A avaliação da campanha, que deverá mobilizar o conjunto da militância, é o momento para o PT debater a superação da dinâmica desagregadora que prevaleceu no último período e preparar-se para a oposição à Pitta. Mas fazer isso exige uma "virada" política e organizativa: o desafio está lançado! □

Félix Sanchez é membro da executiva municipal do PT de São Paulo.

A despeito da formulação aprovada pelo partido sobre política de alianças, ela foi "reinterpretada" dando lugar à ressurreição da "aliança de centro-esquerda" e do governo de coalizão com o PSDB e o PMDB.



Trabalhar para a incerteza

Marx foi o artífice de uma revolução na compreensão da história, incapaz de ser assimilada pelo espírito positivista de sua época. Suas descobertas se chocavam com o modelo do determinismo mecanicista e prenunciavam as leis tendenciais dos sistemas caóticos e em desequilíbrio formuladas pelas ciências do século XX.

Elas dão a base para apostarmos em uma política para mudar o mundo.

DANIEL BENSAID

Uma viagem ao país de Marx não é certamente um regresso nostálgico ao passado. Alguns imaginam que sua releitura nos afasta do presente. Trata-se, pelo contrário, de dialogar com um Marx intempestivo, que não é nem de ontem, nem de hoje, mas daqui e de todos os lugares, de ontem e de hoje, e provavelmente ainda de amanhã, enquanto o reino planetário da mercadoria continuar a ser o nosso horizonte de chumbo. Como disse Gilles Deleuze: “Não compreendo o que querem dizer as pessoas que afirmam que Marx se enganou. E ainda menos quando dizem que morreu. Há hoje tarefas urgentes: precisamos analisar o que é o mercado mundial, quais são as suas transformações. E, para isso, não se pode dispensar Marx... O meu próximo livro, e será o último, chamar-se-á *Grandeza de Marx...*”.

Depois dos terremotos deste século que termina e perante as ruínas que nos deixam, “retomar Marx”, renovar o fio de um pensamento que ainda marca o tempo, é conjugar a ação presente com a distância crítica da reflexão. Contentar-nos-emos, aqui, em abordar quatro temas:

- um breve resumo do que se pode considerar ser uma revolução conceitual que diz respeito tanto às representações do tempo quanto às da história;
- uma tentativa de compreender a “crise” atual, não como uma crise cíclica ordinária da economia, mas como reveladora de uma crise de civilização e da própria idéia do progresso;
- algumas observações sobre as principais acusações contra o pensamento de Marx; e,
- algumas notas finais acerca do que é o compromisso militante à luz desta problemática.

A REVOLUÇÃO CONCEITUAL DESCONHECIDA

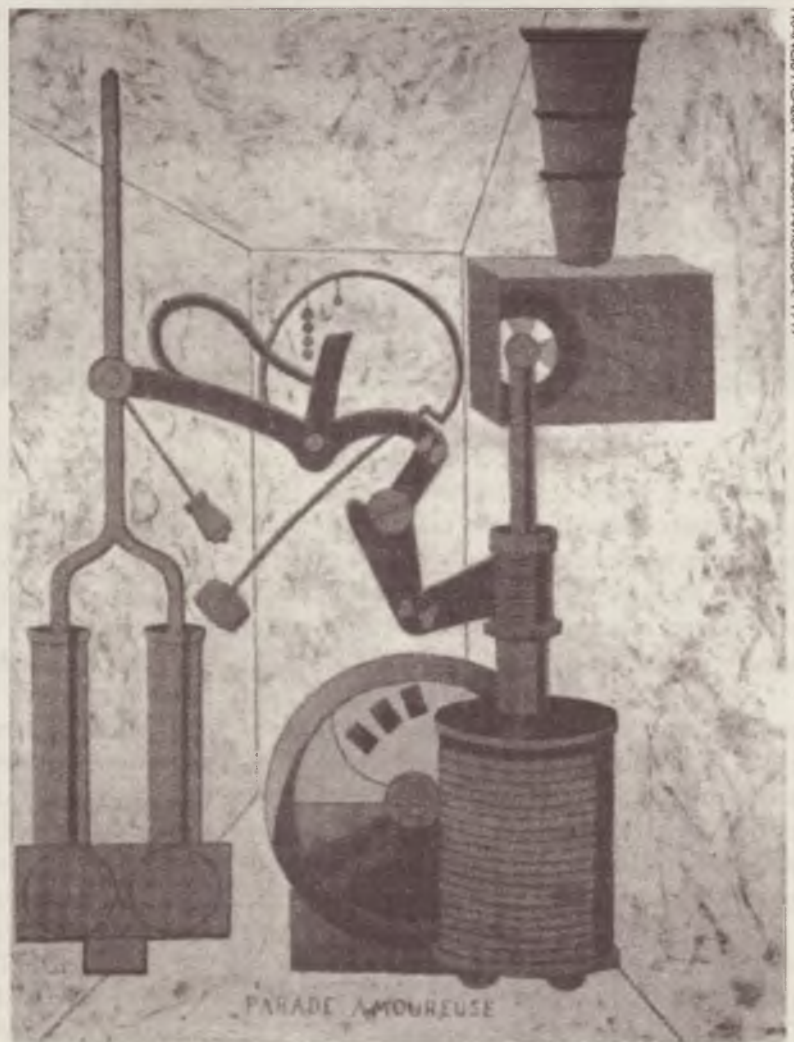
1. Desde os textos de juventude, em particular a *Sagrada Família* e a *Ideologia Alemã*, Marx rompe com a tradição especulativa de uma

História universal portadora de uma mensagem única. Esboça uma nova “escrita” da história sem promessas seguras: uma história que é engendrada pela luta, pelo enfrentamento das forças sociais e dos projetos. Esta história resulta de escolhas e de decisões, da atualidade de uma possibilidade histórica entre outras. Tal abordagem é antípoda do determinismo histórico e do fatalismo que a *vulgata* imputa a Marx.

O determinismo econômico, hoje, está paradoxalmente do lado dos liberais que repetem incansavelmente que não há outra política concebível que não seja a ditada pela tirania do mercado mundial (e dos misteriosos mercados financeiros).

2. Esta mudança radical de perspectiva na representação da história não poderia acomodar-se à temporalidade linear e uniforme atribuída à mecânica clássica. Leva, pelo contrário, a pensar um tempo múltiplo, quebrado e ritmado, cheio de nós

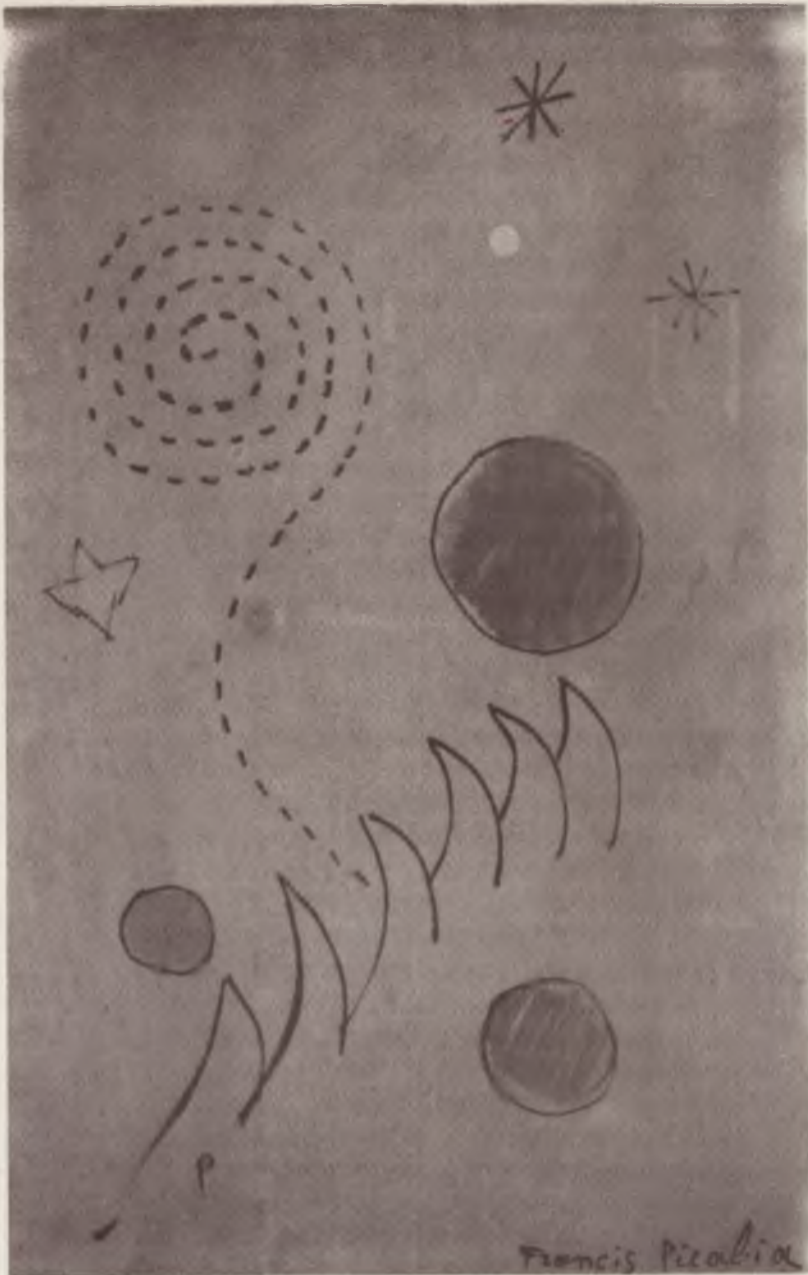
e de rupturas, que se organiza a partir do presente. Desde então, já não é o juízo último da história que orienta e garante o sentido das ações humanas à luz de um futuro imaginário. Como diz laconicamente Walter Benjamin, “a política toma o primado sobre a história”. A luta determina o caminho face às grandes ramificações e às bifurcações. Se existem tempos econômicos, jurídicos, ecológicos, psicológicos, heterogêneos e assíncronos, o próprio capital é uma articulação de temporalidades (tempos da produção, da circulação, da reprodução do con-



FRANCIS PICAILLA - PARADE AMOUREUSE 1917

junto). “Daí as crises”, diz Marx.

3. A elucidação teórica dos grandes mistérios do capital constitui a “crítica da economia” política como um saber que recusa fechar-se em um sistema positivo baseado na causalidade mecânica e na predição certa do futuro. Crítica do mundo e de uma época, não poderia concluir-se a não ser com a aniquilação do seu objeto: o reino generalizado da mercadoria e das suas mistificações. Apesar da sua admiração pelo rigor e pelo sucesso das ciências da natureza, Marx é levado pela própria lógica deste



objeto (o capital) à descoberta de uma racionalidade nova, regida pelas leis tendenciais e pela causalidade probabilista. Na história como na economia, já não se trata de calcular trajetórias, mas de localizar um campo de possibilidades efetivas, em que uma ganhará atualidade com o acontecimento.

Estes aspectos da revolução conceitual - perturbação das representações históricas, elaboração de um conjunto de temporalidades defasadas mas combinadas, proposta de um saber crítico, negação da ordem existente em vez de afirmação de uma verdade definitiva - estão logicamente ligados.

No seu prefácio à primeira edição do *Capital*, Marx insiste na relação entre o passado e o presente concebido como um contratempo: "Para além dos males da época atual, temos que suportar uma longa série de males herdados, provenientes da vegetação contínua dos modos de produção que existiram, com a série de relações sociais e políticas a contratempo que engendraram. Temos que sofrer não somente por parte dos vivos, mas ainda por parte dos mortos. O morto abrange o vivo!" Freud sublinhará, do mesmo modo, as sobreposições temporais operadas na vida psíquica, principalmente "a sobrevivência do estado primitivo ao lado do estado transformado que dele deriva": "Nada na vida psíquica pode se perder, nada do que se formou desaparece, tudo se conserva de alguma forma e pode reaparecer em certas circuns-

tâncias favoráveis" (Freud, *Mal-estar da civilização*).

O passado conserva-se e age no presente. A política irrompe neste discordância articulada dos tempos, na encruzilhada entre a herança do que "já não" existe e o horizonte do que "ainda não" existe.

A revolução conceitual de Marx ecoa no seu século como uma "trovoada" inaudível para a maior parte dos contemporâneos. A época estava demasiado dependente dos esquemas mecanicistas para lhe decifrar a mensagem. Logo depois da morte de Marx, discípulos e epígonos apressaram-se a mergulhar a lava incandescente do seu pensamento subversivo no banho gelado do positivismo dominante.

O PROGRESSO EM QUESTÃO

Marx pensa a história como um "modelo de crise" (E. Renault, *Marx et l'Idée de Critique*, Paris: PUF, 1995). Mas em que consiste a crise atual, que se prolonga desde meados dos anos setenta? Os lucros foram restabelecidos, sem que isso tenha como con-

seqüência a geração de investimentos produtivos criadores de emprego. Este fuga para frente através da especulação gera, pelo contrário, fenômenos crescentes de desigualdades e exclusão. A crise aparece assim como uma crise de longa duração.

Para superá-la, o capital não deve somente melhorar a sua relação de forças frente ao trabalho. Tem necessidade de uma reorganização à escala planetária dos espaços econômicos, políticos, jurídicos. Esta reorganização é comprovada pela laboriosa emergência de conjuntos regionais ou continentais e pela transferência parcial de atributos de soberania (econômicos - a Organização Mundial do Comércio - ou jurídicos - o Tribunal de Haia) dos Estados em direção a instituições supranacionais. Salvaguardando todas as proporções, a redefinição dos espaços de valorização do capital pontuou a superação das ondas longas recessivas: em 1848-1850 com a primavera dos povos da Europa; no fim do século XIX, com as grandes partilhas coloniais; depois da Segunda Guerra Mundial com os acordos de Yalta e o Plano Marshall. Sob o signo da mundialização, eis-nos no coração de uma grande transformação/mutação comparável e ao mesmo tempo inédita, sabendo que os novos dados nunca são gerados pacificamente, mas antes no contexto da violência compulsiva das guerras e das revoluções.

Em tal contexto, a tragédia e os massacres africanos, os conflitos nascidos da desintegra-

ção da URSS, o ascenso do poder dos chauvinismos e dos fanatismos religiosos não significam um regresso forçado ao passado arcaico. Tratam-se de sintomas perfeitamente contemporâneos, de guerras e de catástrofes do nosso tempo. O caso da Bósnia ilustra a sua irrupção mesmo na velha Europa. Acreditava-se que ela estava definitivamente pacificada, a ponto de esquecer que este pequeno continente conheceu sem dúvida alguma a maior concentração de mortes violentas no século (duas guerras mundiais, a guerra civil na Rússia e os grandes expurgos, o nazismo e o fascismo, a guerra civil espanhola...). É urgente medir a dimensão dos perigos e das apostas. Trata-se, nada mais nada menos, do que de uma crise global da civilização, de que Marx tinha entrevisto a lógica implacável.

Nos *Manuscritos de 1857-1858*, constata que à medida que se desenvolve a grande indústria, "a criação de riqueza real depende menos do trabalho empregado do que da potência dos agentes colocados em ação no decurso do tempo de trabalho, potência efetiva que não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediatamente dispendido para a produzir, mas depende antes do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia". A riqueza real manifesta-se então na "discordância qualitativa entre um trabalho reduzido a uma pura abstração e a força do progresso de produção que o controla". O "roubo do trabalho de outrem", fundamento da "riqueza atual", aparece então como uma "base miserável": "a partir da qual o trabalho na sua forma imediata deixa de ser uma grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho cessa imediatamente de ser a sua medida".

O processo previsto por Marx nessas páginas magníficas confirmou-se espetacularmente, trazendo uma perturbação do conteúdo e da organização do trabalho. O capital continua no entanto a avaliar as riquezas e as relações sociais com a medida "miserável" do tempo de trabalho abstrato. A irracionalidade e a violência crescentes do sistema procedem desta contradição histórica: "O capital é em si próprio uma contradição em processo, na medida que se esforça por reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, enquanto que do outro lado, erige o tempo de trabalho como a única fonte e medida dessa riqueza". Pretende medir em tempo de trabalho as forças imensas ("relativamente independentes do tempo de trabalho que lhes é consagrado") criadas por todas as potências da ciência. Aprisiona-as assim nos limites necessários "para conservar como valor o valor já criado" (*Manuscritos de 1857-1858*).

Marx anuncia uma complexidade crescente do trabalho cada vez menos redutível ao trabalho abstrato. Estamos nesse universo. O uso de formidáveis ganhos de produtividade realizados no decurso deste século evidencia a contradição não resolvida. Estes ganhos permitem produzir muito mais com o mesmo dispêndio em tempo social de trabalho. Em vez de se traduzir no desenvolvimento e na satisfação de novas necessidades, geram pelo contrário o desemprego e a exclusão.

A redução de toda a riqueza a uma quantidade de trabalho abstrata revela-se tão inadequada para regular as relações sociais dos seres





humanos na produção, na distribuição e na comunicação, como para harmonizar as relações das diversas gerações entre a natureza e a humanidade.

Sob o reino do capital, *progresso e regressão* estão indissociavelmente ligados. Se a atualidade e a possi-

bilidade do socialismo supõem um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas (materiais e culturais), um progresso verdadeiramente a serviço dos seres humanos não pode reduzir-se às atividades da grande indústria ou da conquista do espaço. Ele deve possibilitar:

1. A redução massiva dos tempos de trabalho (possível pelos enormes ganhos de produtividade), implicando uma mudança radical da relação entre o trabalho e o seu conteúdo. Esta redução da parte da vida consagrada a um trabalho necessário, constringido e alienado, é a primeira condição para o desenvolvimento democrático da sociedade, em que todas e todos teriam os meios de exercer plenamente as suas responsabilidades e o seu controle sobre os lugares do poder. É também essa a condição para o livre desenvolvimento de todos e de cada um(a). A admirável diversidade dos indivíduos da espécie constitui, de fato, uma oportunidade indispensável, não para celebrar uma individualidade ilusória e mutilada pela uniformização mercantil, mas para desenvolver realmente um indivíduo criativo, cujas necessidades pessoais e coletivas são cada vez mais ricas e diversificadas. Assim, os seres humanos poderiam reencontrar o sentido do jogo e os prazeres do corpo, hoje submetidos ao princípio do lucro e à solidão dos grandes espetáculos esportivos.

2. A qualidade das relações entre o homem e a mulher (e vice-versa) indica um critério de progresso, na medida em que constituem a primeira experiência simultânea da diferença do outro e da universalidade da espécie. De forma mais geral, onde quer que subsista uma relação de dominação e de opressão das mulheres pelos homens, o estrangeiro, o mestiço, o que vem de fora, o outro em geral será também ameaçado.

3. Trata-se finalmente de conseguir o nascimento de uma humanidade realmente universal e solidária, através do desenvolvimento planetário da produção e da comunicação, através do enriquecimento de todos pela contribuição das nossas diferenças. A universalização mercantil ditada pelos imperativos do capital é uma universalização abstrata, contraditória e mutilada, sob a batuta do FMI, do Banco Mundial, da OMC (principalmente através da utilização "disciplinar" da dívida). Alimenta, na outra extremidade da cadeia, os pânicos identitários, o isolamento das comunidades, os temores religiosos, a xenofobia e o racismo em geral. O internacionalismo generoso e solidário é, pelo contrário, uma idéia nova.

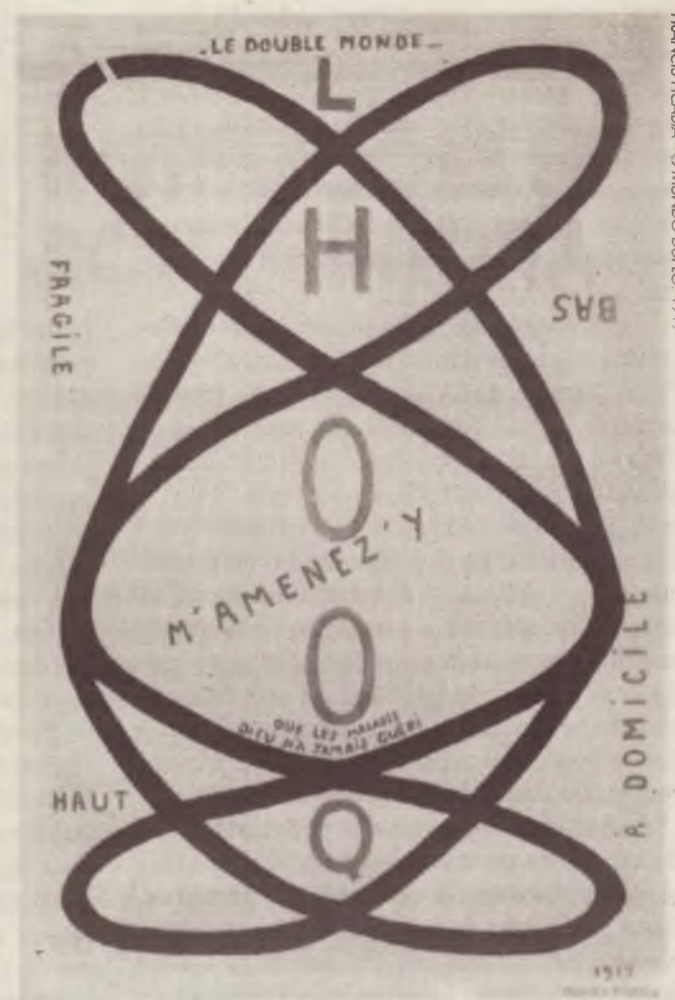
MARX EM QUESTÃO

Se não para de exceder e de transbordar o seu século, o pensamento de Marx está profundamente enraizado no seu tempo. Contemporâneo de Darwin, Claude Bernard, Clausius, Maxwell, Haeckel, inscreve-se no coração de uma grande mutação cultural. Seria portanto anacrônico criticar-lhe as lacunas e fraquezas que só se revelam no contexto das transformações de descobertas posteriores. Seria igualmente vão pretender impor uma totalização formal a campos de conhecimento cada vez mais ramificados e complexos. Em contrapartida, é útil dar-mo-nos modestamente conta das principais acusações geralmente formuladas contra a sua teoria.

1. Ao contrário de uma simples opinião, uma teoria científica expõe-se ao risco da refutação e à sanção do erro. Recusar esta prova desqualificá-la-ia como ciência. Assim, a teoria de Marx seria seja invalidada por erros de previsão, seja negada como ciência pelo fato de fugir da refutabilidade. É o sentido da objeção popperiana.

Ora, o argumento está carregado de pressuposições epistemológicas que dizem respeito à

causalidade, à previsibilidade e ao erro. O erro é definido, com efeito, em relação a uma previsão supondo por sua vez uma temporalidade homogênea e uma ciência das trajetórias. As pesquisas científicas mais recentes orientam-se para temporalidades múltiplas e desiguais, para probabilidades, para localizações. Em vez de julgar os limites ou as in-



FRANCIS PICABIA - O MUNDO DURO, 1919

coerências de Marx em função de um modelo de ciência clássica, seria antes melhor interrogar-se sobre o mal-estar que experimenta perante os instrumentos desta razão científica, inadaptados ao pensamento do seu objeto específico: a economia política da ordem mercantil. Este objeto não tem um comportamento arbitrário e indeterminado. Conformar-se a leis, mas a leis tendenciais. Como os sistemas caóticos e em desequilíbrio, é determinado, mas não é previsível. A ironia do destino quer que sejam hoje os liberais, aferrolhados atrás da implacável restrição dos "mercados financeiros", que professem o velho determinismo mecânico.

2. Marx foi acusado de ter aberto a via, em nome da planificação, para um socialismo estatista e burocrático. A asserção é, em primeiro lugar, factualmente discutível. Não existe em Marx um modelo detalhado de sociedade perfeita e transparente. As raras considerações programáticas que se encontram no fim do *Manifesto Comunista*, em *Luta de Classes na França*, ou ainda na *Crítica do Programa de Gotha*, contentam-se em sublinhar as grandes tendências sem indicar um detalhado modo de utilização. Marx aprecia tão pouco estes exercícios de prospecção que remete de boa vontade para a inventividade do movimento social descobrir as suas formas ("a forma enfim descoberta da Comuna!"). Quando se aventura nesse terreno, a idéia da apropriação social dos grandes meios de produção é indissociável da dos "produtores associados", muito pouco conforme a um estatismo centralizador.

À falta de democracia direta e participativa, os regimes burocráticos criaram a imagem de uma planificação integral irracional e ineficaz. Em reação, surge hoje a tentação no movimento operário de encontrar uma terceira via sob os vocábulos de economia mista e de "socialismo de mercado". No entanto, Michel Rocard tinha

FRANCIS PICABIA - VOULUELE II, 1922



razão em afirmar desde 1977, num seminário patronal, que a “lógica do mercado é global”. De fato, uma ou outra lógica deve triunfar e impor-se. Se for a do mercado e da lei do valor, que distribuem as riquezas e o investimento nas costas dos produtores, são inevitáveis as crises cíclicas, o desemprego, a exclusão. O reino do mercado é inconcebível sem esses efeitos sociais.

Reciprocamente, uma planificação democrática e autogestionária substitui a lei do valor por uma destinação consciente (política) dos recursos em função das necessidades. Uma tal “centralização” não implica a necessidade de estatizar toda a economia. Subsistirão elementos de regulação mercantil (fundamentalmente na distribuição ou na produção de alguns bens de consumo) enquanto as relações monetárias e a inserção no mercado mundial impuserem a sua força. Mas a regulação política deve predominar sobre os automatismos mercantis, segundo uma fórmula que se pode resumir por “tanto plano quanto necessário, tanto mercado quanto possível”.

3. Sublinhou-se muitas vezes a ausência em Marx de um pensamento do político. Mais uma vez, a crítica é aproximativa. Basta percorrer os abundantes *Escritos Políticos* para disso nos convenceremos. O verdadeiro problema está noutro lado. Encontra-se em Marx uma abordagem original do político que rompe com a tradição filosófica que associa imediatamente a política à esfera do Estado. Marx concentra a atenção nas formas de que se dotam os excluídos desta esfera do



poder instituído: círculos conspirativos, cooperativas, associações de socorro mútuo, sindicatos. Explora assim o que podemos considerar como uma “política do oprimido”. Marx pensa igualmente a política sob o ângulo do acontecimento, e de acontecimentos agonísticos como o são as guerras e as revoluções. A falta é assim precisada: diz respeito à política como instituição representativa.

Ora, é difícil fazer esta crítica a Marx. Na sua época, não há formas representativas eleitas estabilizadas na Europa. A reflexão sobre os partidos e os modos de representação desenvolver-se-á posteriormente (Ostrogorsky, Michels, Rosa Luxemburgo, Weber, Sorel, Péguy), em função da experiência parlamentar. Esta lacuna não seria diretamente responsável pelas características despóticas do socialismo “realmente existente”. Facilitou, no entanto, o processo de burocratização ao relativizar os contra-poderes como uma esfera relativamente autônoma do Direito, a distinção entre partidos, movimento social, instituições do Estado, pluralismo organizado do espaço público etc.

A POLÍTICA DA APOSTA

O nosso século obscuro termina com a ruína das esperanças que tinha suscitado: um mundo melhor, transparente e pacificado. Deixa no seu rasto os escombros dos desastres e das catástrofes. Perdemos nesse tempo não poucas ilusões e certezas, sem no entanto termos renunciado às nossas convicções.

Mudar o mundo aparece como um objetivo extremamente difícil, mais do que o tinham imaginado os pioneiros do socialismo. Mas continua a ser uma necessidade que não pode socorrer-se da garantia de qualquer fetiche que seja. Nem a Providência, nem a História, nem a Ciência poderão constituir o derradeiro tribunal e aliviar-nos do peso da responsabilidade huma-

na.

Em um mundo mais do que nunca inaceitável, o empenho militante toma a forma da aposta. Como dizia Pascal, é preciso apostar porque todos “embarcamos”. Recusar-se a apostar, em nome da indiferença cética ou do orgulho dogmático, seria ainda uma forma de aposta. Pascal opunha aos que servindo a Deus o encontraram, os que “vivem sem o buscar nem o ter encontrado” e, finalmente, os que “se empenham em procurá-lo, sem o ter encontrado”. Estes últimos são os primeiros abarcados pela aposta que os liberta da obsessão da certeza. “Trabalhamos para a incerteza”, dizia Santo Agostinho. E Pascal acrescentava: “Quando se trabalha para o amanhã e para o incerto, age-se com razão” (*Pensées*, Paris: Flammarion, p. 117). A obrigação de apostar ilustra a condição trágica do homem moderno.

Comentando a aposta pascaliana, Lucien Goldmann descobre nela um “gira decisivo do pensamento moderno”: a passagem das filosofias individualistas para o pensamento trágico. A teoria de Marx tem segundo ele mais afinidades com a herança pascaliana. O engajamento sobre uma encarnação futura dos valores, num futuro subordinado ao jogo dos fatores múltiplos, não é realizável a não ser com o apoio de forças exteriores ao indivíduo. Não poderia ser certeza absoluta, dogmática, doutrinária, mas antes ação e, por isso mesmo, necessariamente aposta. A evolução da aposta da graça à ação política, não significa banalmente ter dúvidas, mas antes experimentar “uma certeza prática que se mantém sempre consciente de uma possibilidade contrária”. (Lucien Goldmann, “Le Pari est-il Ecrit pour le Libertin”, in *Recherches Dialectiques*).

Assim, os que resistiram ao poder e à fatalidade, esses “príncipes do possível” que são heréticos e dissidentes, enganaram-se sem dúvida algumas vezes. Não deixaram no entanto de marcar o caminho e de salvar o passado da pilhagem grosseira dos vencedores. Este desafio é ainda o que nos confronta. O inimigo é poderoso e organizado. Trata-se, sem garantia do resultado, de consagrar uma energia absoluta às convicções sem dúvida relativas: “Ser-se homem, é empenhar sem reservas a sua existência na afirmação eternamente improvável de uma relação possível entre o dado sensível e o sentido, entre Deus e a realidade empírica por detrás da qual se esconde, relação que não se pode demonstrar e sobre a qual no entanto é preciso empenharmos toda a nossa existência” (Lucien Goldmann, *idem*).

Ao contrário e oposto à crença, o engajamento político, a aposta razoável (estratégica) sobre o futuro histórico, tem sempre a sua parte irredutível de erro e de risco dado que “todo o jogador aposta com certeza para ganhar com incerteza”.

Mudar o mundo, é ainda interpretá-lo. □

Daniel Bensaid é dirigente da Liga Comunista Revolucionária (LCR) da França e autor de vários livros sobre o pensamento de Marx. Texto de uma conferência realizada em Bruxelas em março de 1996.



FRANCIS PICABIA - AS TRÊS GRAÇAS 1924-1927

O crescimento da esquerda

JOAQUIM SORIANO

Apurados os votos, Heloísa Helena do PT recebeu 107.776 (44,5%) e Kátia Born do PSB 112.123 (46,3%) e venceu. Estes números, no entanto, não conseguem transmitir o tanto de suor e de lágrimas que mobilizaram a campanha, especialmente na sua reta final.

A grande caminhada do dia 10, domingo, foi a maior das mobilizações de massa em toda a história das campanhas em Alagoas. Existia um clima de virada na cidade. Na semana anterior Heloísa desafiara Kátia para um debate na TV, dizendo inclusive que ela poderia ir acompanhada do prefeito Lessa. A adversária havia negado a participação no debate da TV Pajuçara.

O comando da campanha de Kátia perdeu a pose de campanha vitoriosa, reconheceu o crescimento do PT e partiu para ataques em diversas frentes.

No domingo mesmo os jornais da cidade traziam uma "denúncia", que partiu do deputado Chico Tenório do PSB, sobre a utilização de uma "verba de gabinete" da deputada do PT. A resposta foi dada na sessão da Assembléia Legislativa de segunda feira. Heloísa lembrou que foi o seu mandato que denunciou e demonstrou como e quanto os deputados recebiam por mês. Heloísa disse também, referindo-se ao deputado do PSB, que "quem anda com metralha-

dora e espingarda 12 ainda acha que pode tudo".

O debate na TV Gazeta, dia 12, chamou a atenção de toda a cidade. A adversária disparava insultos e provocações em todas as direções. O único discurso coerente era a defesa de Ronaldo Lessa. Curioso é que o instituto de pesquisa ligado à TV, Rádio e Jornal Gazeta (as famosas Organizações Arnon de Mello) que dizia que o PSB estava 20 pontos na frente do PT, informou que Kátia vencera o debate: 45% a 44%! A manchete da Gazeta no dia 13 foi: "Kátia venceu o debate".

No dia 13 este jornal publicou matéria de capa, de novo com o deputado Chico Tenório falando da verba de gabinete. O PT ganhou na justiça direito de resposta e no dia 14 a Gazeta foi obrigada a publicar a verdade.

No dia 15 a Gazeta publica nova pesquisa com a seguinte manchete: "Empate técnico, 38% a 38%".

Mas na madrugada de 13 para 14 a casa da candidata foi atingida por rajadas de metralhadoras e a sede do PT por balas de espingarda 12. O mesmo tipo de armas que o deputado Chico Tenório confirma que usa. Nenhum corpo ferido. No dia 14 e no 15 o PSB divulga a sua versão sobre o atentado: "Foi uma armação do PT para ganhar a eleição". Com esta afirmação feriu muitas pessoas, não só Heloísa, mas a todas que querem eleições democráticas. □



Heloísa fala sobre a campanha

A opinião de Heloísa sobre a experiência eleitoral e as perspectivas do PT em Maceió (por Ricardo Coelho).

Como foi a disputa eleitoral em Maceió?

Foi uma campanha muito rica e bela da militância do PT e dos aliados de nossa candidatura. No segundo turno reunimos milhares de pessoas nas maiores caminhadas e carreatas que Maceió já viu, fato que nos é muito gratificante. Com certeza, obtivemos uma vitória política com os 107 mil votos conquistados. Mas a derrota eleitoral nos marcou profundamente, uma vez que tivemos que lutar contra adversários poderosos, que se utilizaram de todas as armas para nos derrotar.

Que armas foram essas?

Foi a compra de votos, a calúnia, a difamação, a utilização da máquina administrativa municipal a favor da candidatura do PSB. O TRE de Alagoas emitiu várias decisões contra o prefeito Ronaldo Lessa e sua candidata devido a utilização da máquina na propaganda eleitoral, inclusive com o uso de servidores municipais para realizar atividades de campanha. E enfrentamos ainda a força da violência organizada, com o atentado à nossa casa. Esse atentado tinha por objetivo disseminar o medo na nossa militância, assim como evitar que continuássemos denunciando um deputado estadual do PSB, ligado ao

crime organizado em Alagoas. Outro inimigo fortíssimo foi a imprensa, que veiculou matérias deturpadas e denúncias mentirosas, tudo orquestrado pela distribuição de generosas verbas publicitárias da Prefeitura de Maceió.

Por falar em meios de comunicação, como você explica as matérias que saíram na Folha de S. Paulo sobre a questão do anti-comunismo?

Essa é outra mentira que tentaram vincular à nossa candidatura. A candidata Kátia Born nos atacou na periferia dizendo que nós éramos comunistas e que os comunistas nos apoiavam. Quando começou o horário eleitoral gratuito no rádio e TV, a coordenação da campanha definiu que eu deveria dizer no ar que respeitava os comunistas, porém que o PC do B e o PPS (ex-PCB) estavam com Kátia Born, e a candidata vivia escondendo esse apoio. Em nenhum momento fizemos uma pregação anti-comunista. Esta não é nossa prática nem do PT, muito pelo contrário. Quando estávamos no governo municipal, o Programa Especial de Cidadania e Direitos Humanos era coordenado por um companheiro do PT, e fizemos todo o resgate histórico dos militantes alagoanos desaparecidos e das vítimas da ditadura militar, inclusive colocando nomes de praças e ruas em homenagem a eles.

E sobre o "comportamento sexual atípico"?

Este foi um ato isolado de um advogado da campanha na contestação a um pedido de direito de resposta proposto pela outra candidata. No pedido inicial, os advogados de Kátia Born me destratarem chamando-me de nazista. O advogado, colocou na contestação, sem nos consultar que a candidata tinha um "comportamento sexual atípico". Essa postura mereceu um repúdio coletivo de toda a direção da campanha, inclusive o nosso, e o advogado foi afastado. Esta questão não foi divulgada em nenhum jornal de Maceió.

O PT saiu fortalecido dessas eleições?

Com certeza. Não há dúvidas que o PT é hoje a maior referência da esquerda em Alagoas nos diversos movimentos sociais e na sociedade civil. Nossa participação foi muito satisfatória. Elegemos dois vereadores, os dois primeiros na história do PT de Maceió, fomos ao segundo turno e lideramos uma frente política, onde tivemos a completa direção do processo. Abrimos uma gama de novos contatos políticos que, caso tenhamos condições de acompanhar, transformará o PT num grande partido em Alagoas. A lição que tiramos desse pleito é que é preciso acreditar nas nossas próprias forças e não devemos baixar nossas cabeças para nossos adversários, mesmo que eles tenham do seu lado a violência, a imprensa e toda máquina administrativa. □

No coração do poder masculino

ALAIN BIHR E ROLAND PFEFFERKORN

Ainda que as aspirações feministas dos anos 70 não tenham sido efetivadas, a crise autoriza numerosos discursos defendendo a volta das mulheres para os lares. O elogio da diferença está de volta. Frente a esta ofensiva, a pressão para conquistar a igualdade se organiza. Mas, para além das reivindicações públicas, homens e mulheres têm sempre que empreender uma verdadeira revolução cultural em sua vida privada.

Persistência das desigualdades

Após três décadas ricas em transformações, a “questão feminina” está longe de ser resolvida. Qualquer que seja o domínio e a dimensão da vida social que consideremos é patente a persistência de disparidades, frequentemente importantes, entre a condição dos homens e a das mulheres, apesar da reafirmação constante do princípio da igualdade entre os sexos. Esta reafirmação mascara mal as diferenças persistentes no acesso à formação e ao emprego, nas qualificações e nas hierarquias definidas segundo a divisão social do trabalho, nas remunerações profissionais, na divisão das tarefas e das funções no interior do casal e da família, na probabilidade de ascender a uma posição social mais elevada, no espaço público e principalmente no acesso aos postos de responsabilidade política, e até mesmo na vivência da velhice.

Da mesma forma que as desigualdades sociais, as desigualdades entre os sexos se repetem e se acumulam: elas se engendram e se nutrem mutuamente, multiplicando as vantagens em benefício de alguns e as desvantagens em detrimento de outros. Assim, a divisão desigual do trabalho doméstico cria uma série de obstáculos à atividade, ao investimento das mulheres em uma carreira profissional. Ao mesmo tempo, as grandes dificuldades encontradas na busca ou na conservação de um emprego normal (de duração indeterminada e a jornada completa), que responda ao desejo de realização pessoal e promoção social, frequentemente le-

vam as mulheres a se voltar para a esfera conjugal e familiar, em benefício do trabalho doméstico. A atribuição do privado às mulheres (mas também seu consentimento) e a hegemonia dos homens sobre o espaço público são criadas e reforçadas como um círculo vicioso.

Uma divisão desigual de papéis

É verdadeira que a cada geração as disparidades entre homens e mulheres não se reproduzem sem alteração. Os modelos sociais dominantes incentivam, por exemplo, as adolescentes e as estudantes a limitar deliberadamente suas ambições escolares, e depois profissionais, afim de torná-las compatíveis com suas futuras tarefas maternas e domésticas. São moldadas, assim, muito cedo na forma tradicional.

Se existem transformações importantes que melhoraram consideravelmente a condição feminina, estas mudanças se mostram sem dúvidas ambíguas: vieram acompanhadas de efeitos perversos, que acarretam novos constrangimentos e formas de discriminação.

Assim, se as estudantes têm mais sucesso, ainda são, na maioria das vezes, excluídas (ou elas mesmas se excluem) das carreiras de excelência que conduzem a postos de direção. Se as mulheres souberam se impor no campo do trabalho assalariado, elas permanecem mais ameaçadas pelo desemprego e pela precariedade do que seus colegas do sexo masculino, com mais frequência são constrangidas a aceitar ocupações de tempo parcial, em posições subalternas e de conjunto bem pior remuneradas. Se as mulheres souberam conquistar uma certa autonomia na família, foi principalmente graças a seus rendimentos próprios, e ao preço de uma “dupla jornada” na medida que as tarefas domésticas permanecem repartidas de maneira desigual. E quando o casal se separa, com mais frequência por iniciativa das mulheres, elas são confrontadas com novas dificuldades ligadas à guarda dos filhos e à sua desvalorização relativa no “mercado matrimonial”. E finalmente se elas começam a ocupar o campo político, é ainda em quantidade homeopática que elas ascendem a verdadeiras funções de responsabilidade.

Pode-se então perceber como é falaciosa a tese de uma “feminização da sociedade francesa” ou de uma “feminização dos costumes”, que vem se desenvolvendo com um relativo sucesso nestes últimos tempos. Esta tese se apóia, de forma confusa, sobre a superioridade demográfica das mulheres, o aumento das famílias monoparentais com “chefes” do sexo feminino, o cuidado crescente dos homens com a aparência física, até agora exclusivamente das mulheres, além do desenvolvimento da prática do esporte e da moda de produtos dietéticos ou da nova cozinha etc.

Esta pretensa “feminização” não é senão um biombo por trás do qual se renova e mesmo se reforça a dominação masculina. Não se aponta que a identidade feminina se define normalmente por duas características clássicas da masculinidade: a posse de um diploma e o exercício de um trabalho assalariado. A sociedade é portanto sobretudo “masculinizada”, com as mulheres se alinhando, de alguma forma, sobre as normas tradicionais dos homens.

A desvalorização de um modelo masculino, a partir das críticas e conquistas feministas, afetou apenas as

A crise autoriza numerosos discursos defendendo a volta das mulheres para os lares. O elogio da diferença está de volta. Frente a esta ofensiva, a pressão para conquistar a igualdade se organiza.



JOJANDA HUZAK

formas mais grosseiras e ao mesmo tempo mais espetaculares do machismo - o culto da virilidade - sem que fossem entretanto vergados os fundamentos desta hegemonia, seja na educação e no ensino, no trabalho, no universo doméstico ou na esfera pública. É apenas nas classes populares, onde as identidades sexuais tradicionais permanecem um dos elementos mais valorizados, que este embaralhamento da imagem masculina subverteu um pouco os esquemas clássicos.

Emancipação, obra inacabada

A emancipação feminina permanece portanto uma obra inacabada, a ser perseguida, apoiando-se nas conquistas que vêm possibilitando que as mulheres se tornem, ao menos parcialmente, sujeitos de seu próprio destino e para toda a sociedade.

O principal obstáculo permanece a perpetuação da repartição desigual dos papéis no universo doméstico fechado. Juntamente com a reduzida presença das mulheres nos espaços de representação política, este aspecto das relações entre homens e mulheres permaneceu quase imóvel nas últimas três décadas. As mulheres continuam assegurando mais de 90% do trabalho "privado", mesmo se uma zona de negociação (a cozinha, a ida ao supermercado, lavar a louça) tenha emergido nos últimos anos. Aí se instala o núcleo duro da dominação masculina contemporânea.

Atacar diretamente esta cidadela revela-se uma missão quase impossível. Aí se toca no coração da vida privada dos indivíduos. Ora, toda nossa civilização, ao menos depois do Renascimento e ainda mais a partir do estabelecimento dos regimes democráticos, repousa sobre princípios intocáveis tais como a autonomia da intimidade, garantia da liberdade individual, face ao campo público. Ou seja, a desigualdade entre os sexos se engendra na sombra da vida privada, sob a cobertura de preservar os direitos pessoais.

Chocamos-nos aqui, com uma primeira contradição, entre aspiração à igualdade sexual e reivindicação da liberdade individual. No fundo, investir-se sobre o casamento e a família desestabilizará as identidades, tanto femininas como masculinas, verdadeiros obstáculos a uma divisão igualitária das tarefas e à uma redefinição dos status neste universo. Ora, a identidade sexual dos indivíduos é uma componente essencial da personalidade. Confrontamo-nos com um novo paradoxo entre a igualdade dos sexos e a identidade das pessoas. A ocorrência de novas componentes individuais exigirá uma vasta revolução cultural: a emergência de outras instituições domésticas e políticas, de outros modos de socialização dos indivíduos, de um novo imaginário social etc.

Dividir as tarefas domésticas

Do mesmo modo, mais do que um ataque frontal, valerá mais desenvolver uma série de ofensivas laterais. As mulheres conseguiram dominar a "máquina" da reprodução e manter a divisão dos papéis graças, essencialmente, ao prolongamento de sua escolaridade e ao trabalho assalariado e é necessário potencializar o efeito emancipador desta conquista. Combatendo, por exemplo, a discriminação entre carreiras "masculinas" e "femininas", principal fonte de reprodução das desigualdades e instrumento constante de canalização do segundo sexo para empregos menos qualificados ou de afastamento de postos de responsabilidade. Todos os atores da educação nacional - professores, conselheiros pedagógicos, mas também alunos e pais de alunos - deveriam reconsiderar seus hábitos de seleção e de orientação, o imperialismo das matemáticas, o desequilíbrio entre disciplinas literárias e científicas, os atuais critérios de admissão das grandes escolas, das escolas

de engenharia, escolas superiores de comércio etc, na medida que são vias efetivas de condução a posições de poder.

Confortar e desenvolver o emprego das mulheres supõe mais: uma redução massiva do tempo de trabalho (por semana, por ano, por toda a vida ativa) a fim de lutar contra o desemprego ou a precariedade do emprego e de encontrar uma solução alternativa ao emprego em tempo parcial, uma verdadeira armadilha para as mães de família; uma negociação por ramos, empresas e estabelecimentos para definir o mais estritamente possível, nas convenções coletivas, os postos de trabalho para que finalmente o princípio "trabalho igual, salário igual" se torne realidade; o desenvolvimento de equipamentos sociais, financiados por fundos públicos, para o cuidado das crianças em tenra idade: creches coletivas, creches familiares, redes de assistência maternas, creches parentais etc.; uma revisão das licenças-maternidade ou para cuidar dos filhos doentes, de modo a obrigar os homens a assumirem sua parte, sem possibilitar que eles possam transferir essas licenças para sua esposa ou companheira.

Enfim, a despeito das reticências que suscita, a paridade apenas poderá introduzir as mulheres no coração das estruturas e cargos executivo, legislativo ou judiciário e construir a igualdade cidadã. A construção deste objetivo exige passos e um conjunto de medidas estreitamente ligadas: generalização da votação proporcional; limitação estrita do acúmulo de mandatos simultâneos (um mandato municipal, cantonal ou regional e um mandato nacional ou europeu) e mandatos sucessivos (não mais de dois consecutivos, para todos os postos); obrigação dos partidos e coligações políticas de um limite máximo (por exemplo, 60%) de candidatos de um mesmo sexo em posição elegível, para qualquer tipo de eleição; vincular o financiamento público dos partidos políticos (e dos sindicatos e associações) ao respeito da proporcionalidade em seus organismos dirigentes (garantindo no mínimo a mesma proporção de homens e de mulheres nestas instâncias que presença na base).

Todas estas proposições podem parecer uma lista estranha. Todavia sua unidade é bem real, pois todas visam colocar um fim na atribuição prioritária das mulheres ao espaço e ao trabalho domésticos, o que está no fundamento da dominação masculina. São proposições que permitem repensar os papéis, obtendo do cônjuge ou companheiro uma divisão mais equitativa na administração do conjunto das tarefas domésticas e familiares e garantir a cada um(a) a abertura ao conjunto das atividades fora de casa. □

Artigo originalmente publicada na revista suíça Page 2.



O principal obstáculo é a repartição desigual dos papéis domésticos. As mulheres continuam assegurando mais de 90% do trabalho "privado". Este é o núcleo duro da dominação masculina.

Faça a coisa certa



SAMUEL VIDA

O maior desmascaramento do mito da democracia racial pela luta do movimento negro, a partir de 1995, abriu um novo período na dinâmica das relações raciais no Brasil.

Uma das principais novidades colocada pelas eleições municipais de 1996 se desenvolveu silenciosamente, sem estardalhaço publicitário, mas com uma sinalização efetiva para um novo período nas relações sócio-político-raciais do país. Trata-se da emergência da temática racial no espaço de disputa político-institucional.

A partir de 1995, com o maior desmascaramento do mito da *democracia racial* brasileira pela luta do movimento negro, amplificada pelas manifestações do tricentenário da imortalidade de Zumbi, abriu-se um novo período na dinâmica das relações raciais no Brasil.

Pedra angular da estrutura social, econômica e política elitista e excludente existente no país, a questão racial ganhou visibilidade em vários terrenos, atingindo, por fim, o *status* de temática relevante sob o aspecto eleitoral e político.

Várias movimentações se deram para reelaborar um discurso e um modelo capaz de impedir a liberação da energia potencialmente revolucionária embutida na reconstrução da identidade racial por milhões de negros e negras.

O governo FHC tomou a dianteira instituindo um Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração de iniciativas e ações governamentais. Parte do empresariado começa a *perceber* o potencial de consumo de parcelas do povo negro e inicia um movimento na direção da conquista desse mercado, através da incorporação, ainda tímida, da imagem do negro nas peças publicitárias destinadas a seduzir para o *cativeiro* do universo maravilhoso do consumismo. Antenado nesta ebulição, o mercado editorial lança a Revista *Raça Brasil*, principal fenômeno editorial do ano. A televisão abre um pequeno espaço para atores negros representando papéis não subalternos. E, finalmente, no inacessível *mundo da política* surgem candidaturas negras disputando cargos majoritários até mesmo em partidos conservadores como o PPB malufista.

A questão racial nas eleições

A introdução da temática racial na cidadela do *mundo político* se deu de uma maneira sutil e silenciosa entre a elite conservadora, revelando movimentos ocultos e propósitos inconfessos. A direita neoliberal busca sinalizar para o potencial *renovador e democratizante* que pode ter na política brasileira, deitando raízes no imaginário popular do Brasil negro, mediante uma promessa tácita de inclusão e resgate. Sinaliza também para a possível promoção de uma elite negra, com acesso a espaços públicos e bens materiais, a serviço da perversão neoliberal, como elemento de desmobilização étnico-racial, dissociando, aparentemente, a discriminação racial das motivações econômicas e políticas que sustentam a atual estrutura econômica e social, construindo um novo mito de harmonia racial.

No campo da esquerda, o PT experimentou uma dinâmica nova, pela proposição da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo de uma campanha pelo voto étnico-racial. Partido que agrega a imensa maioria da militância negra combativa do país e tem a pretensão de representar os trabalhadores e os excluídos, já possuíamos precedentes de candidaturas negras como a de Benedita da Silva, em 1992, no Rio de Janeiro.

Mesmo assim, a SNCR enfrentou junto à Executiva Nacional atitudes que combinavam perplexidade, ignorância, incompreensão e intolerância. Após uma difícil e espinhosa discussão, a Executiva Nacional assimilou a proposta, reduzindo, entretanto, seu alcance ao responsabilizar apenas a SNCR como agente implementador, destinando poucos recursos e não envolvendo lideranças destacadas na implementação da campanha.

Campanha "Faça a coisa certa"

Apesar das dificuldades, a SNCR colocou a campanha *Faça a coisa certa* nas ruas, acompanhando a intervenção das candidaturas negras em diversos municípios e várias capitais. Através da produção de algumas peças publicitárias (revista, cartazes, bottons, adesivos, camisetas) reproduziu-se uma marca que se fez presente em quase todos os estados.

Mesmo considerando uma vitória parcial a existência dessa campanha, destacamos dois aspectos do tratamento petista para a questão racial no momento eleitoral.

O primeiro é o distanciamento esquizofrênico manifestado pela direção de um partido que se reivindica dos trabalhadores, dos excluídos e, ao mesmo tempo, insiste em ignorar praticamente o que reconhece nos discursos e resoluções: a existência do racismo não apenas como uma manifestação subjetiva ou individual, mas, sobretudo como um fenômeno social que desempenha um papel estruturador, central, nas relações econômicas, sociais, ideológicas e políticas no Brasil.

Na direção nacional do PT, o universalismo formal do pensamento tradicional da esquerda que enxerga os *trabalhadores* apenas sob a ótica funcional-econômica e ignora a verdadeira identidade da maioria esmagadora dos excluídos, serve, na verdade, para reproduzir uma estratificação sócio-racial dentro do partido, espelhando a verificada na sociedade, cultivando privilégios e preservando o controle das funções e papéis *dirigentes* e de *representação pública* nas mãos de uma presunçosa elite branca.

O reconhecimento do povo negro como sujeito específico, necessariamente autônomo e portador de demandas específicas não é contraditório com a construção de um projeto universalista e democrático. Pelo contrário, é condição *sine qua non* para esse objetivo.

O segundo aspecto foi a multiplicidade de candidaturas negras petistas, revelando o crescimento da importância da questão racial junto às bases partidárias. Negros e negras candidataram-se em centenas de cidades, compondo chapas majoritárias petistas em capitais como Aracaju, Campo Grande, Rio de Janeiro, dentre outras, demarcando uma nova dinâmica de ocupação e participação partidária.

Embora não se possa atribuir esse crescimento à campanha *Faça a coisa certa* em si, há, contudo, uma estreita vinculação entre esse fenômeno e a dinâmica de mobilização política deslanchada pelo movimento negro em todo o país nos últimos anos, assim como a mobilização interna deflagrada a partir do III Encontro Nacional de Negros Petistas em 1995 e a constituição da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo durante o IV Encontro, em janeiro de 1996.

Convém ressaltar a compreensão orientadora da proposta de campanha pelo voto étnico-racial. O objetivo da campanha em 1996 foi o de preparar o terreno para as eleições 1998, quando pretendemos atingir uma capacidade de articulação e iniciativa política que potencialize o lançamento de candidaturas negras em todo o país e a conquista de mandatos parlamentares para o Congresso e Assembléias Legislativas.

Outras novidades

No âmbito das iniciativas políticas e vitórias do movimento negro combativo computamos dois importantes acontecimentos que simbolizam o crescente vigor da auto-organização do povo negro no país.

O primeiro foi a realização de Seminário Nacional de Coordenação Nacional de Entidades Negras - Conen - realizado em Salvador, em junho. Este Seminário contou com a participação de representações de 21 estados e adotou importantes resoluções políticas e organizativas, fortalecendo essa articulação nacional do movimento negro brasileiro. Nesta oportunidade foi aprovada a realização do II Encontro Nacional de Entidades Negras em 1998.

O segundo foi o companheiro Luiz Alberto ter assumido o mandato de deputado federal da Bahia - até então era primeiro suplente do PT. Pela primeira vez na história política do país a militância negra de esquerda chegará ao Congresso Nacional, um importante avanço do povo negro na disputa pelo poder.

As novas administrações do PT

A vitória do PT em mais de cem prefeituras coloca para o partido, e particularmente para a militância negra, a responsabilidade de desenvolver políticas públicas orientadas pelo enfoque racial e destinadas a combater as desigualdades sócio-raciais existentes no país.

As administrações petistas fizeram, até o momento, pouquíssimos avanços no tocante à questão racial. A rigor, o modo petista de governar ainda não superou a vocação pseudo-universalista que abstrai as diferenças e desigualdades efetivamente existentes na sociedade, adotando fórmulas genéricas e abstratas como governar para as maiorias, inverter prioridades etc.

Estas generalizações, apesar de representarem um avanço nas relações políticas no país, não atingem, nas devidas proporções, os negros e negras, pois estes estão submetidos a um estatuto informal de sub-cidadania, requerendo, portanto, enquanto raça e povo negro, o direito social ao acesso efetivo aos instrumentos e oportunidades para o exercício dos direitos individuais.

O tratamento mais comum adotado pelas administrações petistas tem sido o de instituir Conselhos e outros similares como órgãos específicos para tratar da questão racial, secundarizando e reduzindo o alcance das iniciativas possíveis no âmbito do município.

Mas o combate ao racismo não pode ser desenvolvido por um órgão, seja ele qual for, com políticas isoladas e desconectadas do eixo estratégico de atuação da gestão democrática popular.

Com o objetivo de indicar propostas e sugestões apresentamos a seguir alguns pontos para discussão:

- Inclusão do quesito cor em todos os sistemas de informação da administração como forma de democratizar as informações públicas sob uma ótica sócio-racial, permitindo a disponibilização de dados para políticas públicas específicas.

- Estabelecimento de incentivos fiscais para empresas que adotem políticas de promoção da igualdade racial.

- Monitoramento dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos gerenciados e adotados pelo município, implementando a Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino.

- Adoção de programas permanentes de treinamento de professores para o desenvolvimento de uma educação pública habilitada a lidar com a diversidade racial.

- Desenvolvimento de ações afirmativas destinadas a garantir o acesso e a permanência de crianças e adolescentes negros e negras na rede pública de ensino.

- Promover o mapeamento e tombamento dos sítios e documentos referenciais da cultura e da resistência negra no município.

- Garantir a representação proporcional dos grupos étnico-raciais na campanhas de comunicação do governo.

- Controle e punição da atividade de turismo sexual.

- Reconhecer as religiões afro-brasileiras como interlocutoras sociais em pé de igualdade com as religiões cristãs.

- Campanhas de esclarecimento de conteúdo anti-racista, voltadas para o estímulo ao exercício da cidadania.

Estas propostas são apenas algumas das possíveis, cabendo ao partido buscar interlocução com o movimento negro para desenvolvê-las no âmbito de cada município as especificidades e as prioridades que se imponham.

Este é um desafio para todos aqueles que acreditam na utopia possível de uma sociedade multirracial, democrática e socialista. A luta anti-racista é, essencialmente, a luta pela humanidade, a luta pela vida.

Como diz o subcomandante Marcos, "a vida é o que nos devemos. O direito a governar e governarmos, a pensar e atuar com uma liberdade que não se exerça sobre a escravidão de outros". □

Samuel Vida é advogado e militante do grupo negro Níger Òkàn.



FABIO VICENTINI

O reconhecimento do povo negro como sujeito específico, autônomo e portador de demandas específicas, é condição indispensável para a construção de um projeto universalista e democrático.

Uma reflexão sobre o marxismo

MAURO GAGLIETTI

Dois são os fatores que marcam a formação política e ideológica de setores da esquerda no Brasil. Em primeiro lugar, temos a idéia de que o projeto revolucionário é condicionado pela realidade que pretende transformar. A história do Brasil traria consigo o desenho de uma revolução do tipo *prussiano*, em cuja base estão: a força do Estado como agente político pela exclusão dos setores populares, o reacionarismo da burguesia dominante, as transições feitas sempre “pelo alto” e o uso intensivo da violência, da cooptação e do clientelismo. Influenciado por esse contexto histórico, esses setores da esquerda passaram a ver a transformação social não como um processo, mas como o resultado da tomada do poder de forma abrupta e através de uma ação única.

O segundo aspecto está associado à falta de autonomia política e teórica de setores da esquerda no nosso país, o que os impediu de conhecerem a realidade nacional. Esse fator se deve, possivelmente, à influência exercida pela Terceira Internacional sobre os partidos comunistas, sobretudo no período em que a URSS era dirigida

por Stálin. Contrariando a teoria marxista, que afirmava que a luta de classes era o fator chave para o desenvolvimento da história, Stalin elabora uma tese de acordo com a qual as forças produtivas é que seriam as propulsoras do desenvolvimento social. Na década de 30, Stálin afirmou que a URSS já marchava para o comunismo e que não existia mais luta de classes. Tal análise de caráter determinista constitui-se num arcabouço teórico que acabou por justificar e até mesmo por conduzir a uma neutralização do papel que deveria ser exercido pelo partido, ser a consciência da classe que representava. A história passou a ser examinada apenas do ponto de vista do seu objeto - as necessidades materiais - e não mais dos seus atores, os sujeitos da ação (Marx).

Essas constatações não pretendem ser juízos de valor. Também não objetivam encobrir a ação militante positiva que a esquerda socialista vem tendo na história do país, como defensora das liberdades, da democracia e dos direitos humanos. Por outro lado, não podem deixar de ser considerados.

Vários setores do campo socialista, atuando sob a influência desses fatores constatados, habituaram-se a imaginar a revolução como um combate final entre as classes sociais, do qual, indefectivelmente sairia vitorioso o proletariado, a classe revolucionária que liberta-

ria a humanidade. A inevitabilidade do socialismo como sucessor natural do capitalismo constitui-se num princípio sempre reafirmado em nossas análises. Comunistas, socialistas, esquerdistas de todos os tipos, num certo sentido, transferiram para o campo das ciências sociais valores das ciências naturais, postulando uma evolução linear, regida por leis férreas e irremovíveis, através dos quais se impõe um desígnio superior aos homens. Para eles, a luta política jamais foi a vontade da escolha democrática de determinados meios para chegar a certos fins, mas uma autêntica profissão de fé em uma oculta, porém sempre viva, visão teológica do mundo. A história aparecia aos olhos dos comunistas como uma cadeia heróica de fracassos momentâneos, de um significado residual diante da expectativa do “combate final”, do derradeiro acerto de contas com o inimigo de classe.

Os fracassos se explicavam pela falta de inteligência, pelo despreparo e pelas mais diversas limitações da esquerda, ou então pela superioridade do inimigo, mas tudo isso nunca foi suficiente para pôr em dúvida o inevitável advento do “juízo final”. A vigência dessa visão dogmática talvez explique, em parte, por que o pensamento de Gramsci não teve acolhida entre parcelas consideráveis da esquerda revolucionária. Um pensamento como o gramsciano - para o qual a história não é apenas o desenvolvimento cego de forças materiais, mas também um complexo interrelacionamento de vontade/consciência/política e cultura - evidentemente não encontraria lugar entre os comunistas do Brasil.

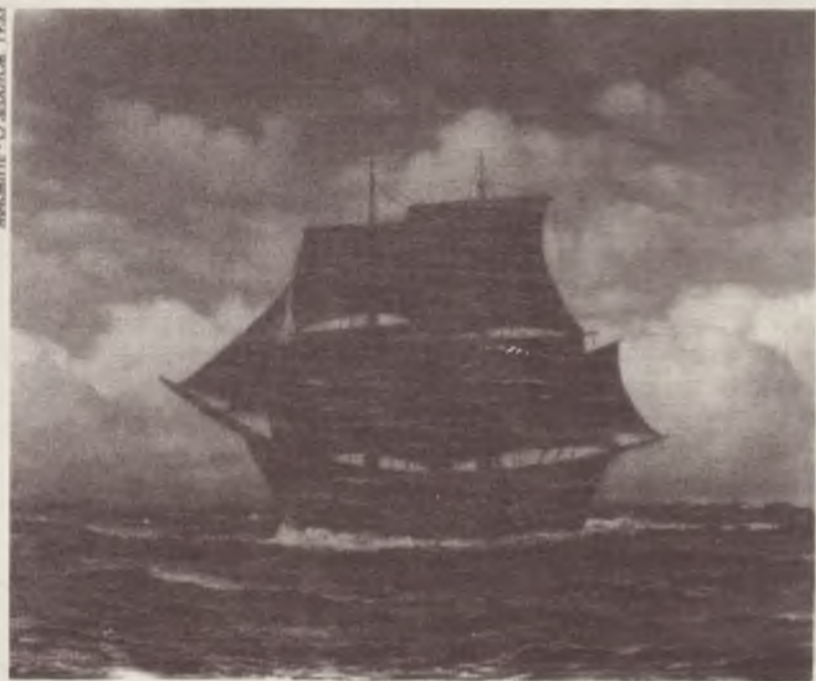
Pensando o poder

É necessário examinarmos algumas premissas teóricas sobre o que venha ser o poder antes de debatermos a possível transição do capitalismo ao socialismo.

O tema “poder” era tratado no século passado sob o ponto de vista de blocos de estrutura institucional, voltados à dominação e à manipulação. Essa visão deixou resquícios no pensamento marxista, que, muitas vezes, concebe o poder como um mecanismo de imposição vertical.

Verifica-se, entretanto, que o “poder” se constitui numa relação social disseminada em todos os espaços. Daí porque a revolução tem de ser vista como um processo e não como um ato isolado, uma mera insurreição armada com o intuito de tomar o Palácio do Planalto (e a Rede Globo, diriam outros). É necessário superarmos os modelos para compreendermos os novos componentes do cenário político.

Segundo Michel Foucault, não devemos buscar o poder “num ponto central, num foco último de soberania do qual irradiam formas derivadas e descendentes”. Dado que o poder “não é algo que se conquiste”, não pode estar preso a uma instituição, às escolas, aos canais de TV ou ao Estado. Não é certa potência de que alguns estariam dotados. É o nome que se dá a uma situação estratégica numa dada sociedade. São relações de força múltiplas que se formam e atuam na produção, nas famílias e nos indivíduos, que se fortalecem ao atuar conjuntamente em todos esses espaços. Por outro lado, se fixarmos nosso olhar apenas no descentramento do poder, não poderemos hierarquizar as ações de diferentes “instâncias” ou “dispositivos”. O poder econômico de uma multinacional ou do Estado, nos EUA, não pode ser colocado no mesmo plano em que está o poder de um pai que oprime a esposa e os filhos.



MAGNITTE - O SEDUTOR, 1953

O “poder” se constitui numa relação social disseminada em todos os espaços.

Daí porque a revolução tem de ser vista como um processo e não como um ato isolado, uma insurreição armada com o intuito de tomar o centro do governo.

Pierre Bourdieu afasta do seu instrumental analítico a procura do poder em algum lugar ou em alguém. Ele formula o conceito de *campos de poder*, designado pelas relações de força entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social. O poder não é uma substância, uma coisa mas, sobretudo, a possibilidade das diversas posições sociais entrarem na luta pelo monopólio do poder. Bourdieu destaca que as posições que possuem uma dimensão capital são, precisamente, àquelas que têm por finalidade a definição da forma legítima do poder.

É no conceito de hegemonia de Gramsci que também pode-se buscar o significado do "poder". O comunista italiano afirma que toda a dominação se fortalece na medida em que deixa de sê-lo, para se converter em hegemonia. É mais fácil creditarmos à "burguesia", ao "imperialismo" ou à "mídia", a responsabilidade pela organização mental dos trabalhadores. Todavia, esse modo de pensar apresenta lacunas, entre as quais destacam-se a idéia homogênea de classe dominante e a idéia de bloco único para os dominados.

Conforme demonstra Maurice Godelier em seus estudos antropológicos, as relações de dominação e de exploração, para se reproduzirem de modo duradouro, devem se apresentar como um intercâmbio, e um intercâmbio de serviços entre as classes. Nesse caso, absolutamente, não se está negando a violência, real ou virtual, que está sempre presente na dominação e na desigualdade. Entretanto, não basta investigar os atos mais evidentes de sujeição, sem considerar o fato de que os dominadores se ocupam de algumas necessidades dos dominados. Aqueles fazem com que suas ações pareçam úteis a estes, suscitando nos oprimidos respostas legitimadoras ao poder que exercem.

Diminui, assim, o espaço da idéia que vê o povo como possível massa submissa, sempre passível de ser iludida sobre o que quer que seja. Sua dependência se deve, em parte, ao fato de que encontra na ação hegemônica algo útil às suas necessidades. A importância objetiva e subjetiva desse intercâmbio explica por que a exploração não aparece o tempo todo como o traço de suas relações.

O poder é uma relação social. É um dado constante na agenda da sociedade. A ação das classes sociais visando a uma correlação de forças que beneficie seus interesses desenvolvem um jogo dinâmico, de tal maneira que a questão do poder nunca é resolvida definitivamente.

Ao mesmo tempo, é preciso desmistificar a tradicional visão que procura caracterizar o *locus* exclusivo do poder no Estado. De acordo com Emir Sader, o "poder" está em todos os poros da sociedade, ainda que, articule suas diferentes expressões - plano econômico, militar, social, cultural, ideológico - através do Estado. A integração do poder estatal com diferentes planos da sociedade é uma espécie de nó de vários nós. É pela integração nesse circuito do aparelho estatal que se constitui o poder político propriamente dito das forças dominantes. Qualquer contradição antagônica e constante entre essas formas de expressão do poder implica graves desarticulações nas modalidades de reprodução das relações de poder na sociedade. O controle do aparelho estatal representa um elemento fundamental - embora não suficiente - para que uma força ou um conjunto de forças se torne hegemônico na sociedade. A formulação de estratégia revolucionária e socialista, por parte das classes populares, pode partir do objetivo de mudar radicalmente as bases do poder - substituir o poder das elites dominantes pelo poder dos trabalhadores e do povo em geral. Esse processo, por sua radicalidade, exige uma revolução democrática na nossa soci-

idade, uma ruptura com as estruturas de poder vigente.

Reconstruir o marxismo

A origem da limitação do pensamento estratégico, entre a esquerda, parece estar relacionado à leitura da obra de Lenin. Essa leitura não levou em consideração a formulação de Lenin sobre hegemonia. Lenin operou teoricamente uma definição mais ampla do conceito de "Estado". Polemizou com as diferentes correntes economicistas, revalorizando a cultura. A partir daí organizou a doutrina da hegemonia como complemento da teoria do Estado, enquanto aparelho coercitivo. O pensamento de Lenin foi desenvolvido por Gramsci em outras condições históricas e levou a outras conclusões políticas. A ampliação do conceito de Estado fez com que Gramsci desse ainda mais sentido à política a partir do seu dialético pensamento: *em política o erro provém de uma compreensão inexata do Estado, em seu sentido integral, ditadura mais hegemonia.*

A reconstrução do marxismo e de um núcleo de esquerda passa, também, pela escolha dos interlocutores apropriados. Refiro-me a dois pensadores que cultivaram uma aproximação com o marxismo anti-determinista: Antônio Gramsci e Walter Benjamin. O exercício da arma da crítica, como dizia Marx, é cada vez mais necessário. Saibamos ser marxistas contra o jovem e o velho Marx. Polemizar contra as interpretações deterministas que impregnaram a cultura marxista deste século é um bom caminho. Quais foram, então, as principais leituras deterministas da obra marxista? Elas foram:

- as que compreendem a história como uma totalidade dotada de sentido único: o socialismo sendo o destino da evolução do capitalismo;
- as que compreendem a ação social a partir da estrita determinação dos atores pela "infra-estrutura";
- as que compreendem o funcionamento da economia capitalista a partir da transferência das leis naturais para esse campo.

A interpretação determinista da obra de Marx foi o elemento-chave de sua fragmentação teórica. Pode-se afirmar que a crise é intrínseca ao marxismo desde sua origem. Pois, na cultura da Segunda Internacional, já havia no mínimo seis distintas maneiras de se compreender a relação do marxismo com a história. O marxismo ortodoxo foi se definindo não tanto por seus conteúdos, mas por seu princípio de compreensão do mundo capitalista.

Se as leituras deterministas encontram alguma legitimidade na obra de Marx, elas forçam a sua unidade vista numa perspectiva totalizante e dogmatizam como virtudes os temas que Marx não pôde desenvolver. São exemplos os temas relacionados com a hegemonia, a teoria política, a teoria das classes, a teoria das ideologias e a teoria do Estado. □

Mauro Gaglietti é membro da Executiva Municipal de Porto Alegre e participa da coordenação do Movimento de Construção Socialista, corrente petista também integrada pela vereadora reeleita Maria do Rosário.



MAGALHÃES - O PRINCÍPIO DO PRAZER - 1927

A reconstrução do marxismo passa pela escolha dos interlocutores apropriados, em particular dois pensadores que cultivaram uma aproximação com o marxismo anti-determinista: Antônio Gramsci e Walter Benjamin.

PEPE É O NOVO PREFEITO DE CAXIAS!

ELIANE SILVEIRA

No segundo turno das eleições em Caxias do Sul os eleitores compareceram às urnas para confirmar a vitória de Pepe Vargas. O candidato petista, que encabeçou a Frente Popular, conseguiu superar o seu resultado no primeiro turno. No dia 03, Pepe recebeu 84.714 votos. Já no dia 15 este total subiu para 90.792 votos. Foi uma grande vitória sobre o deputado federal Germano Rigotto, do PMDB e ex-líder do governo FHC.

A diferença de votos no segundo turno foi mais apertada: 4.029. Mas foi significativa diante do investimento feito pelos governos federal, estadual e municipal, que não dispensaram - na reta final - liberação de verbas, retomada de algumas obras e inauguração de outras. Fortemente atingido pela política econômica, o município de Caxias do Sul mostrou que não esqueceu a quebradeira de micro e pequenas empresas e o grande desemprego sofrido nos últimos meses optou por aqueles que ergueram a voz contra estas políticas recessivas.

Contra o neoliberalismo

Para Pepe, a vitória em Caxias é a demonstração clara de que a população anseia por mudanças. "Os caxienses não aceitam mais a política tradicional autoritária, as pessoas querem participar dos processos decisórios." Nestas eleições Pepe era o único candidato que representava a mudança. Seu adversário, Germano Rigotto, contava com o apoio do atual prefeito, do governador do estado e de FHC - três governos que os caxienses desaprovam. No ano passado, a cidade serrana lançou um movimento pluripartidário contra as políticas neoliberais do governo Fernando Henrique.

O resultado do segundo turno deixou claro de que lado estava cada candidato: Pepe venceu em todos os bairros populares de Caxias do Sul. Já seu adversário foi vitorioso na região central da cidade e na área rural. Durante toda a campanha, o candidato petista não vacilou em deixar claro o seu compromisso: "vou governar para os bairros".

Enquanto o candidato do PMDB não possuía grandes exemplos administrativos para apresentar, Pepe tinha a seu favor a experiência do PT em Porto Alegre, com o seu premiado Orçamento Participativo. Aliado a isto, um sólido Programa de Governo foi apresentado aos caxienses. As propostas da Frente Popular para Caxias começaram a ser elaboradas em novembro do ano passado, uma demonstração clara do grande preparo da Frente Popular para administrar a cidade.

Além dos partidos que compõem a Frente Popular, a candidatura Pepe Vargas conquistou apoios de outros partidos para o segundo turno: o candidato do PDT, vereadores do PDT, PTB e lideranças do PPB optaram pelo



candidato que faz oposição ao governo neoliberal. Para completar, a campanha foi marcada pela alegria contagiante da militância petista que deu um colorido todo especial aos comícios, caminhadas e outras atividades.

É hora de inverter prioridades

Caxias do Sul caracteriza-se, hoje, pela administração voltada para o centro da cidade, com o poder de decisão na mão de "meia dúzia". "Durante décadas os bairros da cidade foram completamente esquecidos. Até hoje as pessoas enfrentam problemas de abastecimento de água, falta de saneamento básico e de infra-estrutura", avalia o prefeito eleito, Pepe Vargas.

Para mudar esta situação a Frente Popular montou um Programa de Governo centrado

em duas diretrizes fundamentais: a descentralização da administração e a inversão de prioridades. Segundo o Plano Físico Urbano, Pepe vai buscar a regionalização gradativa dos serviços fundamentais. "O atendimento médico primário, o Programa de Saúde Preventiva deve ser desenvolvido dentro das regiões, que devem contar também com escolas, creches, postos policiais e outros serviços", defende.

A inversão de prioridades vai se dar através da implantação do Orçamento Participativo, com os moradores de cada região definindo onde e como devem ser feitos os investimentos. Em março de 1997 já terão início as plenárias regionais. As plenárias temáticas, para debater os grandes temas do município, também serão adotadas em Caxias. "É hora da comunidade participar, pois, com a nossa vitória, encerramos em Caxias do Sul o período em que o prefeito e alguns assessores definiam os rumos da cidade dentro de um gabinete."

As primeiras medidas

O novo prefeito de Caxias do Sul já tem claro quais serão suas primeiras medidas tão logo seja empossado. Reduzir o número de cargos de confiança e de funções gratificadas será a primeira delas.

Regularizar o suprimento de merenda escolar antes do início do ano letivo é outra meta apontada. Entre suas primeiras medidas está a reposição dos estoques de remédios nos postos de saúde.

Outra tarefa para seu primeiro dia de governo é a autorização de estudos imediatos sobre as áreas de alagamento na cidade. "Temos vários bairros enfrentando este problema, que vem colocando em risco a vida de seus moradores, portanto teremos que tomar medidas emergenciais para resolver esta situação", explica. □

Eliane Silveira é jornalista.

Pepe Vargas

Gilberto José Spier Vargas é médico. Começou a desenvolver atividades políticas nas lutas e mobilizações sociais. Foi líder estudantil, participou do Partido dos Trabalhadores desde 1981, presidindo o PT em Caxias do Sul de 1987 a 1991.

Elegeram-se vereador em Caxias em 1988, atribuindo à sua atuação ética e intimamente ligada aos movimentos sociais o seu credenciamento à disputa da eleição para prefeito em 1992. Com 39.846 votos, obteve a segunda colocação. Como vereador recusou-se a receber um aumento ilegal de 99%, tendo a Justiça condenado os outros vereadores a devolver esse percentual aos cofres públicos.

Em 1994, Pepe elegeram-se deputado estadual pelo PT, com 26.277 votos. Na Assembleia, exerce o cargo de 3º Secretário da Mesa Diretora e é titular das Comissões de Saúde e Meio Ambiente e de Agricultura-Pecuária e Cooperativismo. Pepe apresentou importantes projetos, como o que regulamenta as Terras Devolutas (aprovado recentemente) e o que institui no RS o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima.

Foi diretor clínico do Hospital da Fiação e Tecelagem em Farroupilha, dos Petroquímicos de Triunfo e no Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul.